

ATA N.º 8/2024

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO  
DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2024:

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e António Manuel Prioste Salvador (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Ferrel e de Atouguia da Baleia, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Margarida da Silva Martins (PSD), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Mariana Conceição Santos Rocha (CDU), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), João Viriato Santos Oliveira (CHEGA) e João Manuel de Jesus Gomes (PS), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para continuar os trabalhos da sessão ordinária do mês de setembro, iniciada a 27 de setembro de 2024, concretamente os seguintes pontos:

4.º - Período da ordem do dia:

- 1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;
- 2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia;
- 3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Peniche e a Digital Nomads Association Portugal, no que concerne à autorização para a assunção do compromisso plurianual;
- 4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2025;
- 5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano de 2025;
- 6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para lançamento de uma derrama, para o ano de 2025;
- 7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano 2025;
- 8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a adesão à “Rede de Cidades e Vilas que Caminham”;
- 9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação do Regimento do Conselho Municipal da Saúde;

10) Informação semestral sobre a situação económica e Financeira do Município de Peniche;

11) Votação da proposta para tomada de posição sobre o Hospital de Peniche - Serviço de Urgência Básica e Cuidados de Saúde Primários no Concelho de Peniche, nos termos do n.º 2, do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e quatro minutos, encontrando-se na sala vinte e um dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Carla Alexandra Pereira Fernandes Delgado (GCEPP), Sara Alexandra Oliveira Nunes (GCEPP), Paulo Alexandre Simões Ernesto (PSD), João Manuel de Jesus Gomes (PS) e Mariana Conceição Santos Rocha (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Natália Susana Colaço Rocha (PS) e José Monteiro Henriques Rocha (CDU), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Compareceu no decurso da sessão a senhora Margarida da Silva Martins (PSD), durante o ponto dois da Ordem do Dia, passando de imediato a participar nos trabalhos.

Os senhores Licínio Pereira (GCEPP), Carlos Manuel Sousa Policarpo (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), António José Antunes Vieira (PSD), Carlos Jorge Franco Luís (PSD), Rita Alexandra Santos Marçalo (PSD), Carolina Pereira Vala (PSD), Carlos Alberto Reis Silva (PS) e Sandra Cristina Machado de Matos (PS), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pelo Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança, do Município de Peniche, Rui Vargas, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:**

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse o seguinte:

«Relativamente aos regulamentos, estive a fazer uma análise às informações prestadas pelo senhor Presidente, em setembro de 2022 e em setembro de 2024, dois anos, e eu vejo que, dos vinte e sete regulamentos municipais que estão em análise, dezassete deles, cerca de 70%, estão na mesma situação que estavam em setembro de 2022. Pergunto se isto é normal, porque um regulamento é basicamente o saber fazer da lei, enfim, sem o regulamento nada é executável, portanto, eu pergunto se durante dois anos, ainda por cima com uma avença que é prestada a nível jurídico, isto é normal.»

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse o seguinte:

«Senti a necessidade de intervir neste momento, porque na anterior Assembleia Municipal tenho a ideia de que ficámos de votar o comunicado da Coligação Democrata Unitária, o manifesto que foi proposto, eu tive a oportunidade de dizer que vou votar favoravelmente, porque é uma questão central no nosso dia a dia, o encerramento da Urgência Básica do Hospital de Peniche, a falta de médicos de família, entre outros pontos de vista em análise. Acho que esse comunicado deve ser votado e eu tenho a ideia de que houve forças políticas que não manifestaram opinião sobre o estado de saúde no nosso concelho e aquele comunicado em concreto, acho que deveríamos votar, se entenderem que não devemos votar, pelos menos acho que é importante sentir a opinião de todas as forças políticas, porque era bom que existisse unanimidade.»

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

«Pela experiência que tenho da vida autárquica e da administração pública diria que, se alguma coisa que é certa na administração pública e na vida autárquica, é não saber o que é a normalidade. Infelizmente a normalidade, na maior parte dos casos, é que todos os procedimentos demoram muito tempo. Se eu gostaria de ter as propostas e os procedimentos de alteração dos regulamentos todos fechados, gostaria, mas sinceramente, com toda a sinceridade, gostaria de ter outros processos que estamos a trabalhar, em termos de gestão autárquica, muito mais adiantados e fechados e que pudessem receber os apoios que pretendemos e que são essenciais para o desenvolvimento do concelho. Nós já fizemos esse balanço, são questões pertinentes, podia-me refugiar na questão do Gabinete Jurídico, naturalmente que o senhor Deputado, como percebi, concentrou-se na questão de uma jurista que é avençada da Câmara, portanto, o que eu proponho é que os nossos serviços possam fazer esse balanço e uma informação objetiva por cada um dos regulamentos.»

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse o seguinte:

«Eu só estou a equacionar a questão relativa à produtividade e a relação custo benefício, porque para mim é impensável, durante dois anos, há regulamentos importantíssimos e só queria perceber a dinâmica e forma como está efetivamente a parte jurídica, quer internamente, quer externamente organizada e espero que, efetivamente, até ao final do ano os regulamentos estejam perfeitamente finalizados.»

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

«Registei, vamos fazer o ponto de situação e vamos, dentro da medida do possível, até porque estão mais propostas para avançar de novos regulamentos ou alterações, aliás, alguns deles são recentes, mas temos outros para apresentar à Câmara, mas comprometemo-nos a fazer a

*informação e ver o que podemos fazer até ao final do ano.»*

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Disse o seguinte:

*«Quanto à questão levantada pelo senhor Deputado Hugo Martins, eu penso que todos os grupos municipais se pronunciaram e penso que fomos todos unânimes em concordar com a proposta apresentada.»*

**Francisco Salvador (PSD):**

Disse o seguinte:

*«Eu tenho a certeza de que todas as forças políticas se manifestaram favoravelmente, o Partido Social Democrata disse que subscrevia, portanto, o documento está aprovado por natureza, além disso não me parece muito possível acrescentar um ponto à ordem de trabalhos, uma vez que para ser votado teria de estar na ordem de trabalhos, mas penso que é desnecessário, porque foi unânime, ninguém disse nada contra.»*

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Eu acho que teria outra força junto da senhora Ministra da Saúde se fosse uma proposta votada na Assembleia Municipal, acho que formalmente teria outra força, já votámos aqui propostas sem estar na ordem de trabalhos.»*

**João Oliveira (CHEGA):**

Disse o seguinte:

*«Sobre este tema, eu já manifestei na anterior Assembleia o meu total apoio a esta proposta da Coligação Democrata Unitária, acho que é mais que pertinente e, portanto, a preocupação partilhamo-la. Eu penso que talvez não tenha sido entendido bem aquilo que eu disse na última Assembleia, eu manifestei uma profunda falta de convicção naquilo que seria a capacidade da própria senhora Ministra, isto é arrogante da minha parte, mas eu digo-o de novo, para entender a realidade do que se está a passar com os profissionais de saúde e eu, em breves palavras, explico-lhes o que se está a passar, é muito simples. Por exemplo, nós temos, e isto aparece-me no meu telemóvel, uma entidade que se chama Expomedics, que vem Lisboa regularmente para recrutar os profissionais de saúde portugueses e levá-los para o estrangeiro e com uma taxa de sucesso de recrutamento de 90% e este tipo de coisas parece-me, das duas uma, ou são desconhecidas ou então não são levadas em conta por razões evidentes. Estiveram aqui em 25 de setembro de 2022, neste último evento, em 15 de setembro deste ano, e houve um colega meu que foi para França, foi tomar conta de uma zona industrial a troco de um ordenado de 8 000 euros, mais automóvel, casa e não sei quantas regalias, portanto, todo aquele plano que está ali elencado pela senhora parece-me que, à partida, não tem qualquer tipo de viabilidade, quando nós temos, e eu posso trazer os números concretos se quiserem e posso dar-vos estas datas de recrutamento e os números concretos são de cerca de 90%. Por exemplo, enfermeiros formados em Portugal que tem uma qualidade extraordinária, vão embora assim que terminar o curso, agora imagine-se os outros que estão insatisfeitos dentro do Sistema Nacional e Saúde. Manifestamente, eu apoio a proposta da Coligação Democrata Unitária.»*

**Francisco Salvador (PSD):**

Disse o seguinte:

*«Julgo que, para evitar estar-se a remoer o assunto, se pode considerar que a proposta que*

a Coligação Democrata Unitária apresentou foi subscrita por todas as bancadas, portanto, isso dá a força necessária, não é necessário qualquer tipo de votação.

Por outro lado, também penso que estávamos a analisar a informação do senhor Presidente e já estamos a resvalar para o período de antes da ordem do dia, portanto, agradeço que retomemos a ordem de trabalhos e deixemos esses assuntos para uma oportunidade melhor.»

**Vítor Agostinho (CDU):**

Disse o seguinte:

«Nós na última sessão, quando apresentámos esta propostas, nós colocámo-la dentro do possível enquadramento legal da Assembleia para ser votada, apesar de todos os partidos políticos, todas as forças presentes, manifestarem o apoio, ela não foi votada, portanto, era interessante que fosse votada, porque demonstrava mais força e mais poder de todos os órgãos do poder local, ou seja, a Câmara e a Assembleia, mas deixo à mesa esta proposta. Reforço que nós colocámos o pedido de votação.»

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

«Se é para votar, eu acho que deve ser votada agora, independentemente de não estar regulamentado, é uma questão de ultrapassar, porque a Câmara vai apresentar à senhora Ministra da Saúde aquilo que foi aprovado, em termos de Câmara e, logicamente, a compor a apresentação eu vou dizer que há unanimidade, independentemente da votação ou não, é o meu sentimento, mas adiar, até parece que estamos nós a atrasar a posição e eu acho que não devemos atrasar mais.»

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Disse o seguinte:

«Eu pergunto se o facto de todos os grupos municipais se terem manifestado positivamente, relativamente à proposta, ou seja, se todos subscreveram, se não terá a mesma força, não me parece que haja necessidade.»

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse o seguinte:

«Não iríamos intervir, já fizemos a nossa intervenção sobre este tema várias vezes nesta Assembleia, na última Assembleia transmitimos que concordávamos com o texto apresentado pela Coligação Democrata Unitária, se de facto existe essa necessidade e vontade de votar não temos nada contra, achamos que não há essa necessidade, porque todas as bancadas manifestaram a vontade de aceitar o texto apresentado, mas se querem votar, nós estamos completamente à vontade para votar favoravelmente, obviamente.»

**Vítor Agostinho (CDU):**

Disse o seguinte:

«Para não alongar muito mais este assunto, eu acho que era uma posição de força de unidade votar.»

**2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:**

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de

Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atouguia da Baleia e de Peniche.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse o seguinte:

*«Querida, em primeiro lugar, saudar a Freguesia de Ferrel que comemora hoje o 39.º aniversário da sua criação.*

*Quero também iniciar com um esclarecimento, relativamente à última sessão, porque no dia seguinte fui ouvir várias vezes a minha intervenção e, relativamente àquele assunto sobre a Quinta das Palmeiras em que eu respondi ao senhor Presidente da Câmara e o que diz na intervenção, relativamente à Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística que o senhor Presidente escolheu e depois corrigi para alguém que lhe agrada e depois corrigi, portanto, alguém que queria e alguém que lhe agrada, não foi o melhor termo, porque queria referir-me à reestruturação que o senhor Presidente fez na Câmara, nomeadamente na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, mas queria deixar claro que quem escolhe é o júri e nessa medida queria fazer essa clarificação, apesar de achar que ficou claro e de ser claro também que não emiti juízos de valor sobre os técnicos e muito menos caluniei alguém.*

*Relativamente a dois pontos rápidos que foram falados aqui na sessão e que já foram falados várias vezes, conforme o Presidente da Câmara e, obviamente, legitimamente vai repetindo que não pode fazer asfaltamentos e no caso da Freguesia de Ferrel que é bastante prejudicado por esta realidade, porque não lhe aprovaram o empréstimo de um milhão. Eu tive o cuidado de ver a quantia exata recebida pela Câmara Municipal de IUC desde 2018 até 2023 e são quase quatro milhões de euros, portanto, se era necessário um milhão para resolver os problemas, ainda sobram perto de três milhões.*

*Relativamente à Assembleia que tivemos sobre a zona industrial de Vale do Grou, o senhor Presidente disse que iria prestar informação, eu ainda não recebi nada e gostaria de pedir ao senhor Presidente que enviasse essa informação para podermos analisá-la com tempo.*

*Percebi na última sessão, quando o senhor Presidente respondeu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia que iria avançar com o corte de mais árvores no Pinhal, queria só confirmar se será o talhão 9 e o 16, se sempre vai avançar.*

*Tenho cinco questões que me foram colocadas durante o último verão por alguns municípios e que me pediram para colocar à Câmara que são:*

*- Haver o esclarecimento ou a discussão ou o debate sobre o ruído que fazem algumas atividades económicas em zonas turísticas, nomeadamente algumas obras, porque depois há esclarecimentos turísticos a queixarem-se que pagam a Taxa Turística e vocês recebem a Taxa Turística, foi isso que me disseram a mim, eu tive o cuidado de explicar que a Junta de Freguesia de Ferrel não recebe Taxa Turística nenhuma, e que devia depois olhar a este aumento de qualidade, uma vez que há uma taxa a pagar.*

*- Foi-me indico que havia um cabo elétrico perigoso na Praia das Azenhas, perto do Wave Rouler, gostaria de saber se o senhor Presidente tem conhecimento e se fez alguma intervenção.*

*- O início do procedimento do plano pormenor da Ilha do Baleal foi em janeiro de 2023, por dois anos, portanto, supõem-se que seja até janeiro de 2025, nós pedimos informação, foi-nos enviada a informação num estado muito embrionário, não temos mais informação e gostaria de saber em que pé é que se encontra.*

*- Houve agricultores que me perguntaram se a niveladora ainda sabia o caminho da Freguesia de Ferrel, porque no último mandato da Coligação Democrata Unitária ela ia duas vezes por ano a Ferrel, no mandato anterior foi uma vez por ano, no atual mandato foi uma vez em três anos e gostaria de saber se ainda podemos contar com esse equipamento municipal.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Em relação ao esclarecimento sobre a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística eu tirei logo a minha interpretação, mas agradeço que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel tivesse ido esclarecer.*

*Em relação aos asfaltamentos e em relação ao IUC, a questão é que me sinto muito diferente da avaliação que muitos dos autarcas fazem do que é a aplicação dos dinheiros públicos e logicamente que quem gere, com as dificuldades que gere, o orçamento municipal não se revê nessas palavras, porque isso é fácil, o dinheiro que é transferido do Orçamento do Estado para os Municípios têm aqueles montantes e aqueles valores têm de ser aplicados, como é que as Juntas de Freguesia fazem? Fazem isso? Não fazem, é impossível, se calhar devia ser, com verbas que nós tivéssemos a capacidade financeira para podermos aplicar o dinheiro que vem do IUC para as estradas, mas temos feito, seguramente, só a Estrada do Bêltico este ano e fizemos mais algumas coisa, não muitas, e vamos continuar se tivermos oportunidade, em massas asfálticas estará à volta dos 400 000 euros, se é isso temos de imputar também os custos próprios da administração direta que também tem custos e das máquinas.*

*Em relação ao Vale do Grou, será prestada a informação quando nós a recebermos, em relação àquilo que ficou visto, em termos de contratação do parecer.*

*Eu nunca falei em corte do talhão 9 e 16, o que eu disse e a proposta que foi apresentada em reunião de Câmara foi que iria ser desenvolvido um procedimento no sentido de cortar, vou facilitar os termos, as madeiras mortas, os pinheiros que já não estão em condições e que recorrentemente, nomeadamente os Sapadores, os vão cortar, até pelo risco, particularmente no parque de merendas, mas não é só, quem vai ao Pinhal do Vale Grande percebe isso, então vai haver uma limpeza de infestantes, que não é fácil, e também o cortes de algumas dessas madeiras. Que eu me recorde, o Plano de Gestão do Pinhal do Vale Grande não prevê, neste momento, mais corte num talhão, prevê o contrário e estamos a pensar intervir nesse sentido quando as coisas estiverem mais tranquilas em relação ao Engenheiro Florestal.*

*Em relação ao cabo elétrico, eu acho que essa informação já passou há muito tempo e sinceramente não sei como está.*

*Em relação ao plano pormenor, não sei o ponto de situação e proponho que o façamos na próxima semana, quando tivermos essa informação, se existir.*

*Em relação à discussão do ruído, que eu me recorde, participações de ruído que nos tivessem chegado, chegam recorrentemente das festas que se fazem junto à praia e um bar que tinha esse problema e que neste momento está ultrapassado, o resto tem de se ter objetividade, dizer o que passa, fazer chegar a informação para fazermos a análise e ver se é com a Protecção Civil, se tem a ver com o setor da obras ou com outras atividades empresariais, é uma questão de ver, mas tem de ter objetividade.*

*A equipa que trabalha com a niveladora é a equipa que tem estado no asfalto, é a mesma coisa quando nos perguntam porque é que não fazemos lombas, não as fazemos porque estamos no asfalto, a nossa equipa está no asfalto, está a arranjar as bermas, deve ter terminado esta semana a intervenção no Bêltico, a consolidação das bermas, estivemos a fazer o alargamento, as zonas de proteção, aquela estrada nunca esteve como está neste momento, a vários níveis. Do que eu me recorde, particularmente na altura em que estava cá o senhor Vereador Afonso Clara, quando foi preciso ir a Ferrel, concretamente com trabalhos em conjunto com a Junta de Freguesia fizemos, agora, há alguma proposta para intervir naquele caminho? Se a Junta de Freguesia tem alguma proposta nesse sentido fá-la e nós vamos avaliar e programar, dentro daquilo que é o nosso programa. Eu sei que o que está previsto neste momento é que aquela equipa vai para a Consolação e têm lá muito que fazer, nomeadamente em termos de asfaltamento.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse o seguinte:

*«O senhor Presidente não precisa esclarecer, mas nós sabemos que a equipa do asfalto não andou a trabalhar estes três anos em que não tivemos lá a niveladora e não é uma equipa, é só o motorista, mas, de qualquer forma, iremos fazer mais um pedido.*

*O senhor Presidente disse a certa altura, relativamente aos valores, que as Juntas de Freguesia não fazem e eu gostava que o senhor Presidente esclarecesse ao certo o que é que as Juntas de Freguesia não fazem relativamente a contas.*

*Do Vale do Grou, a informação que existe já podia ser enviada.*

*Relativamente ao ruído, foi um empresário do setor turístico que se queixou do ruído das obras em zona turística e queixou-se que se pagava a Taxa Turística devia ter mais condições, não tem nada a ver com festas e das festas nós recebemos queixas do ruído das festas todas, isso é natural, mas em festas que são tradicionais e que são locais nós temos de nos responsabilizar por isso, ninguém falou nas festas.*

*Muito importante, o senhor Presidente fez-nos um pedido de auscultação para os cortes destes talhões e o que estava constante nesse pedido era que havia um valor de 21 500 euros para o corte e depois havia mais, até 29 000 euros, que seria para limpeza de algumas zonas. Eu queria só que me esclarecesse se é o corte dos talhões ou não e se vai avançar ou não.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«A informação que estava feita não é para o corte do talhão tal e tal, previa alguns cortes em alguns talhões das tais madeiras que eu referi, até porque existe um documento escrito que foi a reunião de Câmara. Para cortar os talhões a Câmara tem de abrir concurso para aqueles talhões, não é contratar uma empresa para cortar algumas madeiras, é uma situação de prevenção para não acontecer nenhum azar. Eu acho que as coisas não estão bem interpretadas e aquilo só aconteceu, porque um senhor Vereador entendeu que se deveria pedir o parecer à Junta de Freguesia sobre aquela situação.*

*Quando disse que as Juntas de Freguesia também o faziam, é em termos da aplicação dos dinheiros que recebem, ou seja, a aplicação dos dinheiros que recebem do Orçamento de Estado e do Orçamento da Câmara se os aplicam objetivamente para aquilo que recebem, para o senhor Presidente é claro, para mim não é claro, por isso é que eu digo, acusa-se, como em outras coisas de gestão da Câmara e às vezes não se olha para a nossa casa.*

*Em relação às obras, é difícil para um Presidente de Câmara, para uma Junta de Freguesia ou para os setores que têm de avaliar isso dizer que um empresário se queixa de obras e eu pergunto, quais obras e em que local. A partir do momento em que alguém se queixa que há barulhos fora do normal, nós agimos, temos de avaliar, às vezes tenho de contratar a medição, mas se eu não sei do que se está a falar, não é assunto para mim.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse o seguinte:

*«Sobre o Pinhal, espero que responda ao pedido de esclarecimento que irei fazer muito brevemente para sanarmos a questão, que é o principal.*

*Sobre isto do ruído, eu não trouxe o assunto em específico, foi-me levantado e é no sentido de perguntar se isso já ocorreu ao senhor Presidente ou se devemos fazer ou se o senhor Presidente já fez na Câmara ou se pensa fazer, uma discussão sobre o ruído em zonas turísticas em época alta, é nesta medida que eu coloco a questão, não é para ir responder a uma questão em concreto que já*

*passou lá atrás, é a reflexão sobre este tema.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Disse o seguinte:

*«Em relação à aplicação dos dinheiros públicos, o senhor Presidente da Câmara está sempre a colocar em causa como é que as Freguesias aplicam os dinheiros público que são mal empregues, só a Câmara é que aplica bem os dinheiros públicos.*

*Esta questão da falta de atualização dos acordos com as freguesias, eu penso que deve ser único a nível nacional, a Câmara não tem relação com as freguesias e os acordos que foram acordados, em 2019, nunca tiveram atualização e mal da Câmara se não tiver de atualizar todos os anos os acordo, porque a Câmara, possivelmente, todos os anos deve receber novos espaços verdes, novas urbanizações, novos arruamentos para cuidar, a não ser que a Câmara esteja a fazer conta de exercer essas competências que lhe são devidas, esses novos arruamentos, esses novos espaços verdes, o problema é que a Câmara não os executa, e quem é que faz essa avaliação à Câmara. Eu, há oito dias, disse que quem avalia as Juntas de Freguesia é as Assembleias de Freguesia, mas se calhar este órgão é que avalia o desempenho da Câmara, e eu quero que o senhor Presidente diga a esta Assembleia o porquê de não executar as competências que são da Câmara Municipal, porque a minha custa-me chegar a certos e determinados locais e ver “olha, aquele espaço verde está cuidado, é a Junta de Freguesia que o cuida”, “aquele não está cuidado”, porque se estivesse cuidado à mesma a Câmara Municipal estava a fazer a competência que lhe era devida, mas a Câmara não faz. Tal e qual como as estrada municipais, custa-me, neste momento, estar a ouvir todos os dias as pessoas por causa das estradas municipais e estamos a colocar em causa todas as pessoas que diariamente circulam nessas estradas, a insegurança que cria, a dificuldade em ver sinalização, portanto, estamos a colocar em causa o normal funcionamento até do próprio concelho, em relação às freguesias.*

*Há outro exemplo gritante que é a Barragem. Criou-se um pelouro para a Barragem e, neste momento, ela está um caos, são esgotos a correr para dentro da Barragem, o caminho da Barragem está intransitável, ninguém consegue circular, nem a pé, as caniceiras ocuparam completamente aquele caminho da Barragem, a Junta de Freguesia, com fracos recursos, é que ainda, pelo menos a zona da canoagem, vai dignificando aquele espaço, os espaços verdes que eu tenho dito que é da competência da Câmara, a Junta de Freguesia, por descargo de consciência, porque de alguma forma compreende as dificuldades que as populações têm em eu explicar-lhes que é responsabilidade da Câmara e lá vai a Junta de Freguesia, muitas vezes sem poder, e resolve o problema e tem resolvido o problema que é da competência da Câmara, mas acho que a Câmara de uma vez por todas tem de assumir a sua responsabilidade em relação a estes assuntos.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Há coisas que a Câmara ainda não rececionou nem pode intervir, há espaços que não pode, se nos quiser fazer chegar todos os espaços públicos que deve ser zonas verdes que o incomodam e que acha que são responsabilidade da Câmara, nós agradecemos. Se questiona se a Câmara quer exercer as competências que delegou? Se eu voltar a ser Presidente de Câmara posso ter de pensar nisso, pode ser um bom desafio é uma questão de fazer contas, é uma questão de querermos fazer nós ou contratarmos uma empresa ou várias empresas, é uma questão de ver. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia fala e outras pessoas falam recorrentemente que a Câmara não tem o direito de avaliar e eu tenho uma opinião contrária, se a Câmara dá x para aquele objetivo tem o direito de avaliar se aquele objetivo é concretizado, tem*

*uma competência delegada, pouco ou muito, recebe o dinheiro, depois é exercido ou não, é essa a questão, os senhores dizem que não tem que se avaliar, então, eternamente pode-se entender que se deve transferir o dinheiro, façam como entender que a Câmara não tem direito a nada, eu não tenho essa opinião. Nós estamos a preparar reuniões com as quatro Juntas de Freguesia, espero que muito em breve e eu estarei presente. Depois volta a falar que a Câmara não tem relação com as freguesias, eu relembro uma das reuniões em que estive que os quatro Presidentes de Junta de Freguesia disseram que já não queriam mais reuniões com o Presidente de Câmara enquanto não se resolvesse aquilo, não queriam avaliar nada e foi imposta a solução que foi, depois, o Presidente de Câmara, podemos ser só dois, mas recorrentemente há contactos entre a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, que é responsável pelo pelouro e os senhores Presidente de Junta de Freguesia.*

*Em relação à questão dos asfaltamentos, isto não é para prometer as intervenções, mas como se generaliza tanto, até para nós percebermos quais são as reivindicações das Juntas de Freguesia, façam uma lista atualizada daquilo que entendem que é prioritário, depois, como aconteceu anteriormente, em outros anos, logicamente que a Câmara é que define e, neste caso concreto, o Presidente tem, como é um pelouro da área dele, tem a competência para decidir. No mandato passado, a Junta de Freguesia de Ferrel apresentou uma lista de intervenções, nós fizemos a primeira que foi no Baleal Sol Village I, até o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel reclamou sobre isso por entender que não era aquela a prioridade, depois fomos lá mais tarde fazer uma série de intervenções, ruas que nunca tinham sido alcatroadas ou que há muito tempo não levavam alcatrão, logicamente, eu também tenho consciência que em algumas ruas de tidas as freguesias e aqui existem situações umas mais graves do que outras e por isso é que eu estou a solicitar a colaboração dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia para fazer uma lista.*

*Segundo o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia indicou há uma grande falta de sinalização, que nos façam chegar essa falta de sinalização.*

*Em relação à Barragem, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia vem falar nisto publicamente e tem muito o hábito de levantar as coisas, falar dois dias ou três antes das Assembleias e depois deposita aqui, há situações que eu nem as conhecia. A situação que está a falar neste momento junto à Barragem é uma situação que eu não conhecia, foi falado com o responsável dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e foram tomadas as medidas. Em relação ao edifício houve ali alguma coisa que correu mal e não foi da parte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento nem da parte da Câmara, que colocaram saneamento onde é o pluvial e o pluvial foi para a Barragem. Como anda na sua freguesia, e bem, também sabe que essa situação em concreto, mandaram o filme no domingo passado, é proveniente da colocação de alimento para os patos, atrás dos patos vão os ratos e ao lado está o saneamento. Em relação ao saneamento, se é aquele, foram tomadas as medidas que tinham de ser tomadas, se há mais fontes de poluição na Barragem, sinceramente agradeço que nos comunique para nós intervirmos. Se há coisas que me surpreendeu no mandato passado, quando fizemos o balanço das fontes de poluição do saneamento que ia para as regueiras um pouco por todo o concelho, particularmente na Freguesia de Atouguia da Baleia, e fizemos vastas obras e vamos continuar a fazer, foi saber que havia tantos esgotos a céu aberto.*

*Em relação à Barragem e àquilo que deve ser a revisão do Plano de Ordenamento está com a nova técnica da Câmara que tem essa responsabilidade, foi escrito, foi dada essa orientação e outras.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Disse o seguinte:

«Em relação às reuniões com os Presidentes de Junta de Freguesia que foram convocados

*para reuniões, eu pessoalmente sempre que fui convocado para alguma reunião apareci sempre e nunca disse que não iria comparecer, aliás, eu até fui convocado para uma reunião pela Câmara Municipal, no dia 02 de agosto, para discutirmos estas situações dos acordos de delegação de competência e os meus colegas que compareceram nessa reunião também estavam a pensar que a Câmara teria alguma proposta para apresentar e fiquei incrédulo quando o senhor Presidente da Câmara perguntou o que é que nós estávamos ali a fazer, foi assim que fomos tratados, o senhor Presidente começou a reunião perguntando o que é que nós estávamos lá a fazer.*

*Em relação aos espaços verdes, então a Câmara não sabe quais são os espaços verdes que tem na freguesia de Atouguia da Baleia, eu é que tenho de estar a dizer à Câmara quais são os espaços verdes que a Câmara lá tem.*

*Em relação à Barragem, não sei se a parte dos esgotos está resolvida, de qualquer maneira, tem a parte do caminho que está intransitável, os esgotos que estavam a sair naquela zona da Barragem, que é a zona mais visível da Barragem, acho que aqueles esgotos deviam ser limpos com urgência e acho que aquilo devia ser retirado dali, porque tem ali toneladas e toneladas de detritos acumulados naquele canto da Barragem e devia pensar-se seriamente em tirar aquilo daquele local.*

*Em relação às estradas, eu tenho alguma dificuldade em apresentar uma lista das estradas que estão a necessitar de ser alcatroadas, porque o anterior Vice-Presidente, Jorge Amador, na altura, solicitava-me exatamente isso e sabe depois o que ele fazia, andava com essa lista debaixo do braço e quando lhe dizia que havia uma estrada que precisava de ser alcatroada ele ia à lista e dizia “não tenho o nome dessa estrada nesta lista” e dizia sempre “não metas muitas, porque as dificuldades são muitas, mete só três ou quatro ou cinco estradas para alcatroar” e depois andava sempre com a lista de baixo do braço, é isso que eu temo.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Eu tenho pena de não estar aqui o senhor Jorge Amador, para lhe dizer isto com toda a frontalidade, eu não sou o Jorge Amador, nem o Jorge Amador é o Henrique Bertino, primeiro, e o senhor sabe muito bem o que isto representa. Eu quando peço esses dados é para trabalhar com os serviços, com a Divisão de Obras Municipais para dizer o que é que temos, para se aparecer um novo arruamento, colocar com mais prioridade ou não. Se me perguntarem, na Freguesia de Atouguia da Baleia, neste momento o que será prioritário, eu entendo que prioridade são vários arruamentos na Consolação. Posso dizer que no Casal Moinho tem lá um arruamento interior que também está referenciado e a saída para sul também está referenciado, em Reinaldes também entendo que a Rua 25 de Abril, uma a nascente e mais duas ou três, porque é uma das populações que tem sido injustiçada nos últimos anos, Coimbra foram as ruas quase todas no mandato passado, em Atouguia da Baleia o senhor Presidente da Junta de Freguesia sabe o que aconteceu na sua rua e na rua principal que vai dar à Coutada, aquela rua toda e passeios, sabe disso com certeza, nos Casais Brancos também sabe, logicamente, nós sabíamos quando fossemos alcatroar os caminhos que vão levar aos Casais Brancos, a partir da EN114 e a outra que dá a volta à igreja e que também faz a ligação, a seguir os agricultores e os moradores do caminho a seguir que liga à Coimbra já sabíamos que iam pedir, e bem, têm razão, fomos aos Casal Faísca, ao Casal Fetal, falta acabar o que já referi na última reunião, a Bufarda teve várias intervenções, ficou a Rua de Santo António e a Rua de Santo Antão por causa dos SMAS, mas já chegámos à conclusão que são duas situações que não impedem o outro asfaltamento, o Lugar da Estrada tem uma ou outra rua, mas uma parte delas foi alcatroada, Geraldês também tem uma ou outra rua, mas uma parte delas foi alcatroada, Casais do Júlio também levou algumas, foi um bocadinho por aí fora, a Ribafria também levou ruas alcatroadas. Eu continuo a dizer, o erro de má gestão do asfaltamento foi tomado no princípio do mandato passado e vou dizer enquanto for vivo, tenho esse direito, porque se tivesse sido aprovado*

*aquele um milhão de euros para aquela empreitada, hoje não tínhamos este problema, porque tínhamos continuado a intervir de uma forma continuada sem esta exigência.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Disse o seguinte:

*«Não estou a dizer que o Presidente seja igual ou que faça o mesmo que o anterior Vice-Presidente fazia, mas eu tenho um exemplo gritante, o ano passado a Câmara pediu o parecer sobre a esplanada na Zona R, na Atouguia da Baleia, a Junta de Freguesia deu parecer negativo sobre a instalação daquela esplanada, passado três dias andava a Câmara com o documento na mão a dizer que a Junta de Freguesia não era favorável à instalação daquela esplanada, isto foi só um exemplo.*

*Em relação aos asfaltamentos, falou muito na minha rua, eu queria dizer-lhe que aquele projeto da parte lateral do cemitério ainda bem que fala nela, porque ele nunca foi terminado, os espaços verdes nunca foram terminados, a pintura do muro do cemitério a Câmara nunca lá fez nada, teve que a Junta de Freguesia às custas fazer, os espaços ajardinados exatamente a mesma coisa, ainda está a iluminação pública para colocar, ainda está muita coisa por fazer.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«A Freguesia de Peniche, na sequência da conversa dos asfaltamentos, fez uma listagem em 2018, 2019 e 2020, daí para a frente não me recordo de ter feito mais, porque realmente está tudo na mesma, não é que eu tenha alguma coisa contra a Estrada do Báltico, mas primeiro está a minha freguesia e Peniche precisa muito de alcatrão.*

*Quero deixar aqui um “apontamento”, porque eu tenho um Deputado da Coligação Democrata Unitária na Assembleia de Freguesia que pôs palavras na minha boca na última Assembleia de Freguesia que disse que eu disse que eu era a favor do fecho das urgências, portanto, é só para provar que eu fui a favor do vosso documento sobre as urgências e sobre a saúde, estou completamente de acordo, daí ter votado a favor.*

*Quando e onde é que a empresa que vem a Peniche colocar os produtos para os ratos e para as baratas estiveram cá.*

*Sei que com o auto de transferência de competências nós não podemos propor obras, é a Câmara que propõe às Juntas de Freguesias se achar de interesse para a Câmara. Eu questiono sobre um ofício que a Junta de Freguesia enviou no dia 03 de janeiro de 2018, relativo às escadilhas de Santo António, eu questiono sobre um ofício que a Junta de Freguesia enviou a 20 de setembro de 2018, relativo à zona de ecopontos na Rua Mariano Calado, frente ao café Golfinho, entre o n.º 14 e 16, também o nosso ofício a solicitar os tais protocolos de obra, o passeio da Rua de São Pedro, a começar na Rua de São Marcos, portanto, o canto do senhor Cunha que via para o Largo de São Pedro.*

*Quero também questionar o pedido de protocolo de obra que fizemos e na altura fui lá com o senhor Afonso Clara, no dia 17 de maio de 2023, à Rua do Brasil, Caminho dos Dominginhos e a Rua Azinhaga do Hospital, saber o ponto da situação, se a Câmara tem ou não interesse em protocolar a obra com a Junta de Freguesia.*

*O espaço do antigo Car Bus, na Rua João de Matos Bilhão e Rua Craveiro Lopes, ainda não sei o que está previsto para aquela zona.*

*Outra necessidade também que nós pedimos, em março de 2022, para construir um passeio à volta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.*

*O mesmo pedimos, a 26 de fevereiro deste ano, para fazer o muro da Travessa da Fialha que foi a Junta de Freguesia que tirou aquela pedra que estava solta. No dia 26 de fevereiro, a*

senhora Vereadora Ana Rita Petinga disse-me que havia um projeto, não sei se há o projeto, se querem fazer, se querem fazer protocolo connosco, estamos disponíveis para fazer.

Disseram-me que na reunião de Câmara, de 27 de setembro, a senhora Vereadora Ana Rita Petinga reuniu doze vezes com os Presidentes de Junta de Freguesia, comigo não reuniu nenhuma.

O senhor Dr. Sérgio Leandro tem telefonado várias vezes por causa da envolvente da universidade, ao nível dos espaços verdes, e depois veio outra vez o abrigo da Estrada dos Remédios que a semana passada o senhor Presidente respondeu-me “o abrigo é da Câmara e a Câmara tirou e pronto”, eu vou fazer os mesmos com os da freguesia, quando me apetecer tirar algum e a Câmara me questionar, eu vou dizer “tirei e pronto”, portanto, penso que não era a melhor maneira de se ter respondido e sabendo de antemão que a Junta de Freguesia de Peniche já pagou do bolso da Freguesia de Peniche dois abrigos rodoviários no valor de 3 000 euros que não tinha de o fazer, onde recebe sessenta euros por anos, se por acaso tivermos que fazer alguma revisão eu dou os abrigos todos e os bancos de jardim que recebo de euros por ano, portanto, estão à vontade para ficar com tudo e as sargetas também, são doze cêntimos por cada sargeta.

A calçada da Avenida das Escolas, Rua dos Bombeiros Voluntários, em frente à Escola n.º 3, está levantada para colocar carregadores de automóveis faz em dezembro um ano, continua na mesma. Por trás do mercado foi reparado, mas na Avenida das Escolas não está.

Saber se foi equacionado o estudo para a colocação de passadeiras na Rua Cruz das Almas, ou seja, entre o café Caçador e a rotunda mais à frente, temos 300 metros de reta onde tem havido muitos carros a experimentar as velocidades, já pedi que pusessem pelo menos uma passadeira no meio da Rua Bartolomeu Dias para as pessoas conseguirem ir despejar o lixo em segurança.

Como sabem, o polidesportivo do Bairro de Santa Maria era da freguesia e foi durante muitos anos, a freguesia tinha uma avença de 200 euros por mês, a freguesia ficou sem o polidesportivo, isto para dizer que, em 2019 colocámos um piso novo, tablas de basquete, balizas, pintámos, fizemos tudo, entretanto, como recusámos os polidesportivos pelos motivos que todos sabem eu gostava de saber se é intenção da Câmara reabilitar pelo menos as redes exteriores que estão no polidesportivo do Bairro de Santa Maria.

Tenho aqui muitos assuntos em relação ao nível de segurança e da saúde pública, tem muita a ver com jovens, pobreza, violência, mas vou deixar para as nossas reuniões da Proteção Civil e do Conselho Municipal de Segurança, nos dias 15 e 16 de outubro.

Na nossa Assembleia de Freguesia o senhor Deputado do Partido Socialista, Humberto Tormenta, colocou a questão, e eu não soube responder, porque é que o Peniche Amigos Clube (PAC) ocupa 99% do pavilhão da D. Luís de Ataíde.

Gostava também de saber se os pedidos de marcação de raias para pessoas deficientes é atualizado, porque há casos em Peniche que as pessoas já faleceram há seis, sete, oito, nove anos e a placa de estacionamento continua lá. Eu gostava de saber se os dados são atualizados anualmente ou se é vitalício.

Antes de existir os autos de transferência de competências, nós tínhamos os contratos interadministrativo, e os contratos interadministrativo, na cláusula seis, dizem que a Junta de Freguesia compromete-se a enviar semestralmente para a Câmara os relatórios, a Junta de Freguesia enviou todos até 2021, enviava a 31 de julho e enviava em janeiro, o mais caricato é que no ponto 5 do artigo 6.º diz “a Câmara Municipal elaborará anualmente o relatório global do cumprimento do presente contrato de delegação de competências, eu nunca recebi nenhum relatório da Câmara, isto por causa da história das avaliações. Eu não tenho problema nenhum em prestar contas, se não gastei 10 000 euros de gasóleo gastei 8 000 euros, o gasóleo está lá, está nas máquinas, não está em todo o lado, portanto, não tenho problema em prestar contas, agora, o ar com que se pergunta as coisas acho que às vezes não é a maneira mais correta.

No dia 22 de outubro de 2015, houve uma proposta, na altura era o senhor Jorge Amador, Vice-Presidente, para aumentar o plafond de gasóleo de 10% por litro, não dava dinheiro como agora, mas íamos abastecer à bomba, nas GOP's de 2016 o aumento foi de 12% em litro, nós íamos abastecer aos armazéns da Câmara e, em outubro de 2015, já tinha tido um aumento de 12,5%, ou seja, este auto de transferência de competências começou todo errado no ponte em que baseando-nos neste documento, que é um documento que não é realista, no momento em que a Câmara estava a pagar seis funcionários à Freguesia de Peniche, nove à Freguesia de Atouguia da Baleia, cinco à Freguesia de Ferrel e quatro à Freguesia da Serra d'El-Rei partimos de uma base errada, totalmente errada, tanto que viram o estudo que a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia fez em que uma pessoa do meu território vale 14€, e na Serra d'El-Rei vale 73€, por isso é que se calhar andamos aqui a martelar desde 2021 e vamos continuar, porque este auto de transferência de competências tem uma base errada, no meu ver.

Quero questionar se há alguma solução para esconder os contentores ao lado da Alfândega Velha, na Avenida do Mar.

Quero saber quanto é que custou, isto por causa da aplicação dos dinheiros públicos, aquele ganso ou pato do Molhe Leste e onde é que ele está.»

**Presidente de Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

«Eu acho isto muito interessante, uma pessoa que fala como fala e que diz que o Presidente não tem a melhor maneira de responder às coisas.

Eu tenho uma questão que vem da última reunião da Assembleia Municipal que tem que ver com questões que a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche colocou que eu vou passar para o final das minhas respostas.

A calçada na Avenida das Escolas, houve um erro de avaliação dos serviços que pensavam que aquilo era do gás, afinal aquilo era da E-Redes, eu já falei pessoalmente com a E-Redes e sensibilizei a urgência.

A passeadeira da Rua das Almas, peço à senhora Vereadora Ana Rita Petinga para ver se isto está por escrito.

Sobre o polidesportivo do Bairro de Santa Maria, esta é uma coisa que mexe comigo, porque se Junta de Freguesia quis entregar, como outras coisas que o Presidente anterior da Junta de Freguesia tratou com carinho, nomeadamente os seus homens, o pavilhão do Lapadusso, o parque infantil da Rua do Sol que tivemos três ou quatro anos de volta daquilo, e agora não custa nada ser Presidente de Junta de Freguesia, chega aqui e pergunta ao Presidente de Câmara o que é que vai fazer, mas este está na lista das muitas coisas que estão para fazer.

Em relação ao PAC não sei o que é que querem fazer agora, se é uma atividade do PAC, que cresceu, que continua no ritmo que sempre teve, não sei o que é que querem fazer, nós temos é de construir novos pavilhões.

Relativamente à atualização das raias, algumas foram atualizadas pelo Presidente de Câmara, que foi sabendo que tinham falecido e que não vieram dizer para retirar o sinal de trânsito, assim como há pessoas que têm carros com a sinalização de pessoas com deficiência e a pessoa já morreu há muito tempo, a Junta de Freguesia que tem mais proximidade sabe, que informe a Câmara, porque quando nós sabemos intervimos.

Em relação ao gasóleo, é verdade, eu fazia os relatórios da Junta de Freguesia e cada máquina, cada carrinha tinha quilómetro por quilómetro, hora por hora, nós sabíamos tudo, no caso concreto da Junta de Freguesia que está agora a reclamar, está a reivindicar o aumento do gasóleo quando nem sequer consome o gasóleo, pelo menos no ano passado, que nós lhe pagamos, como é que nós podemos estar a aumentar uma coisa que nem sequer consome. Eu acho que isto é

*ofensivo, isto é, daquelas coisas que efetivamente não me agrada e aí há uma diferença abismal em muitas coisas, mas também em relação a isto.*

*Goste-se ou não se goste, fez-se um elemento, uma escultura que se tentou, de certo modo, marcar a diferença, neste momento está a ser arranjado, agora, chamar-se ganso ou pato, não se brinca com as pessoas, acho que é uma indignidade, eu não posso alinhar nisto até porque me sinto responsável por isso, por isto estar a acontecer.*

*Em relação à desratização, solicitou à senhora Vereadora Ana Rita Petinga para solicitar e disponibilizar a lista.*

*Eu já referi aqui, não vale a pena continuar a insistir, a Rua de São Pedro e o Largo do Carreiro de São Marcos é uma obra especial e é a Câmara que vai executar quando tiver de executar.*

*Em relação aos outros aspetos, vão ocorrer várias obras na envolvente da Capela de Santo António, na Travessa de Santo António, no Largo de Santo António em vários aspetos que vão mudar ali algumas coisas e essa, na altura, vamos ter de ver.*

*Em relação ao passeio dos Dominginhos, é uma questão de se recuperar e propor essa.*

*Em relação ao Largo de Nossa Senhora da Conceição já referiu, mais que uma vez, que há um estudo antigo, disse à senhora Presidente de Junta de Freguesia que podia ir à procura do estudo dentro da Câmara, na Junta de Freguesia tem que eu deixei lá, mas se não o encontra, a Câmara encontra-o, mas neste momento a Câmara não tem ninguém para fazer esse projeto, é uma coisa muito sensível, se a senhora Presidente da Junta de Freguesia quer, arranje alguém para trabalhar aquele projeto, se nós podermos ajudar, dentro daquilo que podermos ajudar na alteração.*

*Em relação ao espaço dos Dadores Benévolos de Sangue, já existe um estudo, nós sabemos o que é que vamos fazer ali, é uma questão provisória, há uma carência muito grande de estacionamento junto ao novo edifício, mas nós não conseguimos executar tudo, temos de planear para o futuro.*

*Em relação ao muro da Travessa da Fialha, já passei a informação à Divisão de Obras Municipal para fazer.*

*Em relação ao abrigo dos Remédios, eu respondi à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche de acordo como a senhora responde. A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche disse, não sei quantas vezes nesta Assembleia, que aquele abrigo não tinha a ver consigo, não quis arranjar, porque não era seu dever, e não é, pelo que foi mandado retirar e em breve aparecerá um novo abrigo.*

*Em relação à manutenção dos abrigos rodoviários, os 60€ são para a tintinha, para a lixinha, para esse tipo de coisas, porque os homens que estão na transferência de competências, a Câmara, neste momento, paga trinta e quatro salários todos os meses para as Juntas de Freguesia nesses protocolos, portanto, devia haver sempre alguém que raspasse e pintasse e aquilo estava sempre tratado, é esse o propósito.*

*Em relação àquilo que foi dito na semana passada, eu pedi permissão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, fiquei indignado por várias razões, A Cooperativa de Solidariedade Acompanha faz 25 anos este ano, eu sou sócio fundador, foi uma teimosia, uma persistência do anterior Presidente de Câmara, partilhámos vários projetos, este foi um dos projetos, como eu era Presidente do Sindicato das Pescas na altura, há pouco mais de 25 anos, avançámos com o senhor António José Correia, Cercip, com o senhor João Rosendo do Murpi, com a Associação de Armadores e mais algumas pessoas, a primeira sede foi em frente à Capela de Nossa Senhora de Santana, com muitas dificuldades. Eu tenho muito orgulho de ser sócio daquela associação e sei o trabalho que deu, o esforço, as lutas que houve para constituir aquilo. Fiquei chocado, porque, nos anos eu que as Juntas de Freguesia tinham muito menos dinheiro do que têm hoje, era protocolo mais significativo que a Junta de Freguesia de Peniche tinha com a Acompanha, salvo erro, eram 300 euros por mês. Há dois programas que eu acho que são de importância vital para o concelho de*

*Peniche, até no seguimento daquilo que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral referiu no outro dia, em termos das circunstâncias e eu acho que são situações de proatividade e em muitos aspetos atuam como prevenção e depois de acompanhamento e tratamento. Fizemos esse protocolo, depois, nós devemos estar todos errados em termos de Câmara do mandato passado, fizemos mais outro protocolo de reforço, pelas dificuldades que sabia, mesmo com o apoio do Estado, o Cidade Alerta e a equipa do Porto + Seguro que existe há muito mais anos, sabíamos dessas dificuldades, foi-nos apresentado, até porque tínhamos o senhor Rogério Cação no executivo, e aumentámos substancialmente esse protocolo, salvo erro, para 2 000 euros por mês, que é significativo, mesmo para a Câmara é significativo e, inclusive, também no mandato passado, adquirimos uma viatura que anda aí muitas vezes ao serviço da Acompanha, ainda bem, era bom que não houvesse necessidade de termos este serviço, mas sinceramente chocou-me, alguém pode ter ficado iludido ou induzido em erro, vieram várias pessoas falar comigo. A Acompanha tem uma pequena apresentação, se a Assembleia permitir nós fazemos uma apresentação rápida, estive a ler o protocolo e só o protocolo que a Câmara tem com a Acompanha acho que é muito esclarecedor e faço questão de, na segunda-feira, o enviarmos para todos os senhores Deputados e para os senhores Vereadores, no sentido de perceberem o que está em jogo, porque, se a Assembleia Municipal e o Executivo entenderem que isto não é de continuar a apoiar têm de o referir, eu tenho uma posição ao contrário e referi várias vezes, como há pouco ia dizendo, quando era membro da Assembleia Municipal e mesmo na Câmara Municipal já o disse, particularmente no mandato passado, mas acho que também o disse neste mandato e também no CLAS, no dia que acabar o apoio dos Governos como existe para estas duas equipas a Câmara Municipal terá de pensar muito bem o que é que quer fazer, porque se nós temos os problemas que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral no outro dia referiu e mais alguns que não referiu e que nós todos conhecemos, eu conheço particularmente bem, sem a intervenção desta equipas posso dizer-lhes que podia ser dramático para o nosso concelho e eu não alinho nem deixo passar em branco situações que não me reconheço, se quiserem, que me envergonham e não podem representar aquilo que são os autarcas deste concelho.»*

**Luís de Almeida (PSD):**

Disse o seguinte:

*«Se nos puder dar uma indicação do que é que está em causa em relação à Acompanha, porque não estou a perceber se foi dito alguma coisa que tenha esta relevância.»*

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Considerando que este assunto não conta na ordem do dia, sugeriu que a apresentação fosse adiada.

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Perguntou à senhora Vereadora Ana Rita Petinga quando foi feita a desbaratização e os locais.*

*Não tenho problema em entrar na Câmara Municipal, sou funcionária desta casa há 25 anos, isto ao nível dos projetos e de ir à procura dos projetos.*

*Em relação à Junta de Freguesia de Peniche não ter ficado com o Bairro da Caixa, o senhor Presidente da Câmara foi o próprio nessa Assembleia Municipal, eu estava em casa por videoconferência, a dizer “se fosse comigo eu não aceitava” e a Freguesia de Peniche não aceitou o Bairro da Caixa, porque era a única que estava a pagar uma avença, enquanto que o senhor Presidente da Junta de freguesia da Serra d’El-rei, Jorge Amador, queria 200€ para o*

*polidesportivo da Serra d'El-Rei.*

*Relativamente aos sessenta euros para a tintinha e para a lixinha, não é para isso, a questão é que as placas estão todas grafitadas, coisa que não havia há anos atrás, nós estamos constantemente a pôr placas.*

*Quero pedir desculpa ao autor da escultura, porque eu não sei o que é aquilo, mas não quero ofender ninguém, porque a maior ofensa que eu tenho é a rotunda do pedregulho no Campo da Torre e toda a gente falava disso.*

*Em relação à Acompanha, quando eu entrei na Junta de Freguesia de Peniche tinha um protocolo de 300€, a Freguesia de Peniche, tal como eu disse a semana passada, era a única freguesia da zona Oeste a pagar o protocolo e quando rescindimos o protocolo eu disse que iriam tentar fazer um protocolo com as quatro freguesias, porque não há drogados só em Peniche, não se usa preservativos só em Peniche. A Freguesia de Peniche está disponível para celebrar um protocolo com a Acompanha quando as outras freguesias de todos os Municípios estiverem prontas para colaborar, louvo o trabalho que é feito no Cidade Alerta e no Porto + Seguro, porque se não fosse esta instituição não resultava.*

*Lanço o repto, quando é que as Freguesias do concelho de Peniche se lembram de fazer um protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche.»*

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Disse que, relativamente à peça escultórica do Molhe Leste, habitualmente este tipo de peças são acompanhadas de uma memória descritiva e em seu entendimento a Autarquia poderia disponibilizar a mesma.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Estrelinha (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Em relação à questão colocada pelo senhor Deputado Luís de Almeida, foi em resposta àquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tinha referido, que estava a dar subsídios de natalidade e a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche reagiu dizendo que tinha acabado com os pagamentos dos preservativos e para mim isso é ofensivo em relação à cidade aberta e é mais grave por causa da área de licenciatura que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche tem, porque acho uma insensibilidade total, porque em relação a este projeto em particular fiquei chocado, porque falar desta situação e orgulhar-se de ter acabado com um protocolo para mim é chocante e tenho o direito de me indignar e hoje tinha de colocar esta questão, até porque dependentes da droga existem, infelizmente, e tem de se dar o mérito a estas pessoas que estão na Acompanha, outras que estiveram há muitos anos, é um trabalho por vezes inglório, a lutar contra tudo e contra todos, às vezes com fama de outras coisas, por isso, pelo menos que se faça o reconhecimento. Percebi hoje que a Acompanha vai celebrar o 25.º aniversário, por isso mesmo, em 2025 receberam a devida homenagem no Dia do Município.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«De repente toda a gente fica de cristal, ninguém pode dizer nada e fica tudo chocado. A Freguesia de Peniche reuniu com a senhora Madalena e dá mérito ao projeto, mas e as outras que nunca deram nada não dão mérito. A Freguesia de Peniche agora não tem mérito, porque isto agora já é bitola para daqui a um ano, anda tudo alvoraçado com as eleições, e agora eu sou atacada pela Acompanha que fez a panelinha com a Câmara Municipal, porque eu disse na semana passada que acabei com o protocolo com a Acompanha, mas onde é que estão as outras freguesias, estamos a falar de dezenas de freguesias. Dou todo o mérito para a Acompanha, a freguesia está disponível*

*para colaborar com todos os Presidente de Junta, pelo menos dentro do concelho de Peniche.»*

**3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PENICHE E A DIGITAL NOMADS ASSOCIATION PORTUGAL, NO QUE CON CERNE À AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse o seguinte:

*«Nós no final da semana passada Assembleia tivemos a apresentação por parte do fundador / presidente / sócio da empresa Nomads e se eu poucas dúvidas tinha em relação à minha intenção de voto, as mesmas também foram dissipadas com a apresentação.*

*Em relação à Associação, olhando para o site e para o que foi apresentado nos slides, indica que para os problemas de desertificação no interior do país, por acaso não é o nosso caso, e da sazonalidade do turismo, nós atualmente também temos turismo o ano todo, e o desemprego local que é transversal ao país, a solução são os Nómadas Digitais e eu fui visitar o site da empresa, aliás, na última Assembleia tive a oportunidade de dizer ao próprio fundador que o site era pobre e efetivamente não há nenhuma informação, somente na missão é falado o projeto da Ponta do Sol que é um “case study”, projeto esse que iniciou em 2021 e que passado três anos não foi replicado em mais nenhum lado a não ser naquele sítio. Andei a fazer uma pesquisa, com certeza também a Câmara fez, e verifiquei que este projeto foi apresentado a uma start up que é a Start Up Madeira que é criada e financiada pelo Governo Regional da Madeira e que tem 80% desta start up que, entre outras atividades, tem o co-working que é o que estamos aqui a falar e uma vez que em nenhum slide, quer em português ou inglês, é referida esta start up pergunto eu a este Município que com certeza para fazer o protocolo que está em causa deve ter solicitado informações a esta start up ou mesmo ao Município da Ponta do Sol de como tem corrido o projeto, que tipo de empresas foram criadas, físicas ou em ambiente virtual, quantas empresas e quantos postos de trabalho foram criados pelos nómadas, se a taxa de desemprego diminuiu, a economia circular funciona, como é que ficou o mercado imobiliário nesta região, os preços da compra de casa ou de arrendamento, quanto tempo os nómadas ficam na região ou apenas ficou para esta apresentação da empresa e pelos números ali referidos que, diga-se de passagem, não estão referidos em mais nenhum lado a não ser na empresa. Para Peniche o que é que esta empresa propõe? Esta empresa propõe criar um espaço de co-working inteiramente suportado pelo Município e nas suas instalações, com todas as despesas inerentes à mesma, com um custo, só em equipamento para o primeiro ano, de 15 000 euros (mesas, cadeiras) sempre com a orientação desta empresa, mais 15 000 euros ano durante cinco anos, ficando para esta empresa um total de 90 000 euros, e a empresa ainda cobra aos utilizadores determinado valor que não sabemos para o uso de material e espaços que são do Município. Pergunto quais são as receitas que a Câmara tem.*

*A propósito do co-working, há cerca de um mês falei com um amigo que tinha um familiar que era estudante da Universidade do Técnico de Lisboa e fundou uma empresa numa rede de padarias de Lisboa que custou uma salada e um sumo de laranja num espaço de co-working que ali estava, portanto, isto é atualmente o co-working em Portugal. Podem dizer, como foi dito pelo senhor Gonçalo Hall, que a empresa tem a rede network de contactos, mas o Município também pode ter e pode ter a nível institucional, o Turismo de Portugal, por exemplo, tem muitos dados*

sobre isso, até em termos de vistos, é só procurar e criar sinergias e depois divulgar pelos meios institucionais, pelas redes sociais através da sociedade civil, através das Juntas de Freguesia, através de associações, etc..., sendo um parceiro ativo. O que é que impede a Junta de Freguesia ou qualquer associação de ter nos seus espaços uma área co-working e obter receitas, não me parece nada diferente do modelo que foi aqui apresentado e isso é, na minha opinião, o papel deste Município, ser parte integrante, disponibilizar informação, contactos, divulgar, ser um verdadeiro parecer para a comunidade, aferir o número de nómadas digitais, porque eles existem, já cá estão, já estão no município, falar com eles, trazê-los, convidá-los a fazer um vídeo institucional, por exemplo, a falar da sua vivência no concelho, as mais-valias que possam projetar Peniche como um destino e o Município informar os locais, as Juntas de Freguesia, as Associações onde poderão realizar o co-working.

Sobre o protocolo temos uma série de questões que é a definir, tudo o que está aqui, quer em deveres quer em obrigações, está por definir, portanto, se me estão a pedir para aprovar um protocolo onde tudo está em aberto não contem comigo. Assim sendo e tendo em consideração que entendo que o co-working é já uma realidade em Portugal e não é de hoje, já por cá ando há muito tempo, e que nesta área digital tudo é muito rápido e volátil, e que em várias cidades, incluindo Lisboa, existem espaços que se alugam com serviços básicos ou serviços premium, com mensalidades na ordem de 200 a 400 euros por mês, é só pesquisar, o Município pode e deve ser o parceiro ideal para toda a sociedade civil, para os empresários, para as Juntas de Freguesia, para as Associações, apenas proporcionar a estas a possibilidade de ter um espaço co-working, ser um parceiro da comunidade, portanto, por estes motivos todos irei votar contra este protocolo e consequentemente o compromisso plurianual.»

**João Oliveira (CHEGA):**

Disse o seguinte:

«No final da última Assembleia tive a oportunidade de trocar algumas impressões com o senhor Gonçalo Hall, representante da Associação, e naquele preciso momento foi-nos passada alguma informação adicional e pelo que percebi as verbas que vão ser gastas pela Câmara com pessoal, por exemplo, são verbas que teriam de ser suportadas pela Câmara e neste caso são verbas suportadas pela Associação, haveria aqui uma vantagem financeira, a verdade é que eu fiquei a saber rigorosamente mais nada. Eu tinha uma pergunta importante para fazer que não posso fazer desta forma, porque nos foi dito que nos seria entregue precisamente qual era o plano para a instalação da Associação e qual era o plano a médio/longo prazo, ou seja, qual seria a estratégia de implementação da atividade dos Nómadas Digitais para nós percebermos em detalhe quais seriam depois alguns pontos, como mencionou o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, e não nos foi entregue rigorosamente nada e eu sinceramente sinto-me incapaz de poder sequer avaliar aquilo que nós queremos hoje aqui votar. Apesar de eu ter tomado conhecimento naquela mesma noite, a nossa posição é indiferente, porque já foi aprovado pela Câmara e eu não estou munido da informação para poder sequer avaloar de forma digna o meu voto.»

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

«Foram efetuadas algumas manifestações e provavelmente o assunto está mal anunciado, a aprovação do protocolo é competência da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal irá autorizar o compromisso plurianual. Surpreende-me algumas opiniões, porque eu acho que ainda estamos um bocadinho lá atrás a pensar que estamos em outro mundo e que tudo vai depender das Câmaras. Nós temos de tirar muitas coisas da Câmara e dar à sociedade civil e àqueles que têm experiência e que têm capacidade, que conseguem dinamizar. Eu não conhecia o senhor Gonçalo

*Hall, sei como o processo foi desenvolvido, a primeira vez que vi a apresentação foi numa feira em Lisboa. Já agora que se esclareça a questão, nós se calhar fizemos mal, nós colocámos os 15 000 euros para o mobiliário para facilitar em termos de procedimentos, a Câmara podia ter comprado os 15 000 euros de material e ficava só os 15 000 euros por ano e este valor por ano não paga a uma pessoa para estar lá permanentemente e fora dos horários, a Câmara não pode ter um edifício daqueles à sua responsabilidade, porque nesse caso pode ser mesmo um desastre financeiro e está prevista a autonomia do projeto com esse protocolo e é isso que desejávamos e o protocolo prevê que pode ser denunciado em determinadas condições, à medida que vamos avaliando, as coisas não funcionam nós paramos os processos, o mobiliário ficará sempre para a Câmara.»*

**João Oliveira (CHEGA):**

Questionou se existia um prazo de dois anos para se verificar qual seria a execução do plano.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«O plano tem de estar sempre avaliado, não faria qualquer sentido nós fazermos um protocolo na nossa casa, com determinados objetivos, percebermos que esses objetivos não estão a ser cumprido e não fazemos nada, temos de fazer, à partida temos de o denunciar e todos os protocolos preveem isso.»*

**Vereador Ângelo Marques (PS):**

Disse o seguinte:

*«Quando da assinatura do protocolo com o Turismo de Portugal, com a presença do senhor Secretário de Estado do Turismo e na assinatura desse protocolo os Nómadas Digitais também estavam representados, fomos de seguida a uma iniciativa, era o lançamento do livro “Work From Centro de Portugal”, totalmente pago pelo Turismo do Centro, que se realizou no Hotel Celina de Peniche, no Baleal. Nessa sequência o Município de Peniche conjuntamente com mais cinco Municípios a nível nacional que foram escolhidos para um Roadshow Nómadas Digitais. Nós nesse dia tivemos a sala repleta de nómadas digitais, de empresários do setor da hotelaria. Para ficar bem claro, este protocolo foi aprovado, por maioria, na Câmara Municipal, com dois votos contra dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, e o meu acompanhamento do processo foi até ao momento daquilo que era a relação institucional com a Associação Nómadas Digitais, eu não estive envolvido no processo naquilo que tem a ver com o impacto financeiro, já não estava com pelouros atribuídos. Honestamente não tenho a impressão de que tenha corrido mal na Ponta do Sol apesar de ter havido algumas questões. Iniciei o processo, na altura que iniciei o processo iniciei-o convicto até com o chapéu institucional do Turismo de Portugal e do Turismo do Centro, pareceu-me uma situação que deveríamos fazer o caminho, depois, já sem pelouros, o impacto financeiro não foi tratado por mim, mas eu e a senhora Vereadora Ana Batalha votámos a favor.»*

**Francisco Lourenço (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Sobre o tema dos Nómadas Digitais, levanta-me aqui algumas questões que eu gostava de partilhar.*

*O que é queremos para o futuro do nosso concelho, quem queremos atrair para o nosso concelho, quais é que são as profissões do futuro e quem são esses profissionais. Quando dizemos que não há sazonalidade no nosso concelho, existe e muita. Temos espaços de co-working*

*municipais, podemos ter, mas que custos é que tem. Temos possibilidade de ter horários alargados, desculpem, não temos. Temos o espaço que está livre, mas também temos de analisar a relação custo – benefício. Fazendo algumas contas, um salário mínimo custa ao dia de hoje, com projeção para os vencimentos mínimos do próximo ano, sem custos com seguros e outros encargos adicionais, só com os impostos e subsídios legais mínimos, 15.658,50 euros, se a Câmara quiser ter um espaço de co-working terá este custo e comparamos com os 15.000 euros que irá ter neste projeto, o mobiliário reverte para o Município como foi dito. Eu acho que a Câmara tem de alargar para as empresas e para as associações especialista, na Câmara deve ficar o que é essencial e não agregar. Por mim, porque eu acho que devemos olhar para o futuro, deve ser acompanhado e avaliado, mas não vejo que isto seja um custo, temos de semear, quem não semeia não colhe. O nómada digital não é propriamente uma profissão indiferenciada, não vão usar uma pessoa de baixos rendimentos mensais e claramente que a hotelaria, o turismo e os supermercados vão agradecer. Um nómada digital, com o devido respeito pelos autocaravanistas e pelo campismo, não é um autocaravanista que vem cá um fim de semana ou uns dias, isto é que devia ser avaliado, mas é a minha opinião.»*

**Luís Almeida (PSD):**

Disse o seguinte:

*«A primeira parte da minha intervenção até me incomoda fazê-la e remete à relação Câmara Municipal / Freguesias, peço desculpa de voltar ao assunto, e há aqui uma dualidade de critérios e até incoerência que eu não posso deixar passar nesta Assembleia.*

*Quando foi posta a questão dos valores auferidos pelo IUC, o senhor Presidente disse que tem a sua interpretação e que não aplica os dinheiros exatamente onde deve ser. Presumo, com as dificuldades que as Freguesias têm, também nunca têm dinheiro para nada, é muito natural que determinados valores que são afetos a determinados produtos, pelo critério que nos foi apresentado, sejam gastos noutras áreas e, portanto, há aqui uma coisa que não podemos ficar indiferentes, de 2019 até à data, tudo aumentou e é natural a reivindicação das Freguesias. Por outro lado, a eficiência do funcionamento do poder local dá-me ideia de que devia haver todo o esforço, quer das Freguesias, quer do senhor Presidente da Câmara, para que houvesse boa relação, porque de certeza que se construía muito mais, com certeza que tudo era mais eficiente e os gastos eram de uma forma muito mais eficiente, portanto, esta relação é claramente prejudicial ao bom funcionamento do concelho.*

*Não concordo nada com o protocolo com os Nómadas Digitais, acho muito bem que seja envolvida a sociedade civil na gestão do espaço, mas considero que temos potencialidades na nossa comunidade para resolver este assunto com os mesmos encargos ou até com encargos relativamente inferiores, depende da maneira como eventualmente se trabalha isto. Tive conhecimento que houve um trabalho de mestrado na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar exatamente na definição do perfil dos nómadas digitais e esse trabalho que é público e que podemos consultar e devíamos até ter consultado antes da tomada de decisão, eu também não o fiz, mas algumas coisas que aqui são ditas não são comprovadas nesse trabalho, ou seja, os nómadas digitais nem sempre têm preferência por locais fora da sua casa ou fora até de espaços públicos (esplanadas, etc...) para trabalhar, porque nesse trabalho foi inclusivamente definido qual é o percurso normal, a grande motivação da vinda dos nómadas digitais para Peniche é o surf, muitas vezes estiveram na Indonésia e depois vêm para Peniche, portanto, há aqui toda uma relação com a praia e não tanto com as áreas mais institucionais que é do que estamos a falar aqui. Julgo que tínhamos de repensar muito bem o que é que naquele espaço pode acontecer, até porque, na minha opinião, Peniche já tem muitos nómadas digitais, por razões óbvias de condições naturais e da questão do surf como referimos e a questão de puxar nómadas digitais para nós não é fundamental, o que é fundamental é dar-lhes boas respostas, dar-lhes boas condições de trabalho e antes disso precisamos de saber*

*muito bem o que é que eles querem. No geral, concordo com o que o senhor Deputado Carlos Miguel Amaral disse e a posição em relação a este assunto é um pouco esta e julgo que posso falar em nome da bancada, porque este assunto foi devidamente discutido entre nós.»*

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse o seguinte:

*«Ainda em relação ao protocolo, quando nós falamos de custos temos de ter uma visão de helicóptero e quando se diz no protocolo, nas obrigações das partes, que o edifício é da propriedade e posse do Município pelo que, com exceção do serviço de internet para o espaço agora cedido, o Município assegura as despesas relativas ao consumo de água, eletricidade e limpeza, bem como a sua conservação e manutenção sempre que necessário, isto são custos de recursos humanos, por outro lado, fica mais barato ceder ao privado. Eu recorro que a única cláusula de revogação que aqui está diz o seguinte: “O presente protocolo tem uma cláusula de revogação automática se o número médio de membros for inferior a dez utilizadores referente aos últimos nove meses da data de revogação” e eu pergunto, primeiro, quem é que controla isto? Se for a empresa possivelmente não é revogado e dez utilizadores nos últimos nove meses, nem tenho mais nada a dizer sobre isto.»*

**João Oliveira (CHEGA):**

Disse o seguinte:

*«A descrição que o senhor Deputado Francisco Lourenço fez daquilo que seria desejável nós conseguirmos alcançar no nosso Município é uma descrição que parece ser uma compilação de tantas coisas que eu já defendi aqui inclusivamente, portanto, que somos um Município que tem uma economia que é sazonal e que não pode continuar assim, que nós deveríamos fazer qualquer coisa por incentivar e motivar a iniciativa privada a trabalhar, inclusivamente colaborar com o Município, para criar riqueza e não estarmos sempre amaldiçoadamente dependentes dos dinheiros estatais. Mencionei aqui coisas como: um centro de desenvolvimento humano e tecnológico, a criação de escolas no setor privado que possam complementar as escolas públicas, enquanto não tivermos formação adequada, atual, moderna e capaz de lançar os nossos jovens para um sonho de futuro concretizável e palpável, nós não vamos conseguir tira-los nem da pobreza, nem da delinquência, nem dos consumos, de nada, portanto, eu quase que seria obrigado a subscrever tudo o que o senhor Deputado disse, agora, não me foi entregue nenhum plano de execução da parte dos nómadas, ou seja, qualquer coisa que me diga de forma calendarizada, objetiva, escalonada, com objetivos, missões e com tarefas de maneira que e possa quantificar, avaliar e decidir a minha posição sobre isso, portanto, se o protocolo já foi obviamente assinado não há rigorosamente a fazer, nem sequer é para discutir, agora, aquilo que nos pedem carece de ser avalado para podermos ter uma opinião, eu não posso formar uma opinião, não tenho modo de a formar e, obviamente como disse o senhor Deputado também é importante que nós percebamos a forma de compromisso que nós temos de exigir da parte dos nómadas, senão estamos sempre numa posição que é, na falta de melhor ou na falta de ideias ou de soluções agarramos tudo e vamos para uma solução simples de querermos ter também maneira de nos livrarmos de algumas despesas, até podem ser coisas muito boas e compromissos, aliás é uma forma, inclusivamente, de se criar e aumentar riqueza e termos um funcionamento financeiro profícuo, mas depois temos de perceber quais são os empenhos concretos da outra parte e começamos sem ter sequer uma explicação de nenhum tipo de quadro de desenvolvimento, quanto mais de empenhos e eu não sei como é que vou votar isto.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Acho que interpretei bem as posições dos senhores Deputados e o sentido de voto que, em relação ao Partido Social Democrata, já esperava e também já o tinha entendido em reunião de Câmara e agradeço que as coisas sejam claras. Aquele espaço está na candidatura e este assunto se não for votado favoravelmente em reunião da Assembleia terá, provavelmente, de ir a reunião de Câmara e terão de avaliar, mas cada um deve votar em consciência como o senhor Deputado diz, eu votei em consciência, acho que isto é inovador, mas não quero fazer mais comentários.»*

**João Oliveira (CHEGA):**

Disse o seguinte:

*«Não há da minha parte ou da Bancada do Chega uma posição contra qualquer tipo de projeto, o que há é uma clara necessidade de um esclarecimento que não aconteceu e, portanto, não estou em condição de poder manifestar uma opinião e, por outro lado, não nos encare como adversários de uma situação de desenvolvimento, porque isso é o contrário, nós queremos contribuir sempre em tudo o que possa ser desenvolvimento positivo do Município, mas queremos perceber em que modo é que podemos fazê-lo.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«As observações que eu fiz não eram para o senhor Deputado João Oliveira, acho que até é pertinente que tenha a posição que tem e que sugira a apresentação de um plano, eu acho é que não vale muito a pena investir nisso por aquilo que foram as posições tomadas. Nós temos tantos processos para tratar, este se ficar em standby também não há problema, a responsabilidade também já não é minha, nós fizemos, não é segredo, foi um projeto iniciado pelo senhor Vereador Ângelo Marques quando estava em funções a tempo inteiro, entretanto, foi trabalho mais tecnicamente, nós, os políticos, entrámos mais tarde, tivemos a avaliar aquilo que era preciso avaliar, achávamos que era uma situação pacífica, na reunião de Câmara interpretei que não era tão pacífico como eu aguardava, mas estamos cá para encarar os factos e as circunstâncias, é mais uma situação adiada, na minha opinião.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):**

Questionou qual foi a posição da Câmara Municipal em relação a este assunto, se foi deliberado por unanimidade ou por maioria.

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse que o Partido Social Democrata votou contra e os restantes votaram favoravelmente.

**Deliberação n.º 33/2024:** Submetida a proposta (n.º 1124/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, com onze (11) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (5), e pela Presidente da Junta de Freguesia de Peniche (1), oito (8) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6) e pela Coligação Democrata Unitária (2), e três (3) abstenções, do membro eleito pelo Chega (1), do senhor Joaquim Raul Gregório Farto (1) e do senhor Carlos Francisco Vala Chagas (1), eleitos pelo Partido Socialista, **rejeitar** a autorização para a assunção do compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

**4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), PARA O ANO DE 2025:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 20 de setembro de 2024.

**Francisco Lourenço (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Que bem claro que na bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche existe liberdade de voto, aqui não existe obrigatoriedade de voto em grupo, há democracia nesta bancada e cada um pensa pela sua cabeça e o que acha melhor para o concelho e eu faço a declaração de voto, não represento a bancada.*

*Em relação ao IMI, se nós olharmos para os concelhos limítrofes, exceto as Câmaras mais abastadas em termos de receita, com a exceção do Bombarral, Caldas da Rainha e Alcobaça são as únicas Câmaras que têm 0,30% que é a taxa mínima, se calhar numa das Câmaras mais ricas em termos de receita de IMI que é Torres Vedras está nos 0,35%, isto querera dizer alguma coisa e eu compreendo a posição do senhor Presidente, como é que vamos baixar uma receita se temos tanto para fazer e não vão ser os 0,05% que vai mal ao mundo, até porque no IMI existem as famílias mais carenciadas que têm o seu pequeno imóvel que estão isentas de IMI, está no código do imposto, basta ir ver.*

*Em relação ao IRS, eu até seria dos beneficiários desta redução, porque sou daqueles que paga impostos, agora claramente não seriam as famílias mais carenciadas que iriam beneficiar desta redução. Estou disposto também para benefício do município que pelo menos os meus impostos possam contribuir para que possa melhorar o tanto que há para fazer no meu município e também não ficaria mais rico com a redução.*

*Em relação à derrama eu também percebo, porque também só incide acima dos 150.000 euros. Claro que esta posição deve ser revista a partir do momento em que tenhamos a zona industrial de Vale do Grou, acho que estar a mexer nisso sem haver realmente outras medidas de fundo ao nível do apoio às empresas também seria cosmético e estaríamos só a reduzir receita do município só para demagogia política e eu não contribuo para essa causa.»*

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse o seguinte:

*«Em relação à derrama, quero tentar perceber qual é o número de empresas que estamos aqui a falar, que tenham um volume de negócios superior a 150.000 euros e que vão aplicar 1% do lucro tributável. Qual é o universo de empresas no município de Peniche que reúnem estas condições.»*

**Henrique Estrelinha (PS):**

Disse o seguinte:

*«Vou falar de dois aspetos, em primeiro lugar dizer que o Partido Socialista ao longo dos anos tem defendido a baixa do IMI que se tem verificado nos últimos anos, legitimamente o senhor Presidente pretende manter este ano a taxa na percentagem igual e na taxa do IMI iremos abster-*

nos.

*Relativamente aos impostos em geral, quero fazer um reconhecimento que o senhor Presidente tem feito essa descida gradual, que também defendemos, e não poderia deixar de o fazer. Nos restantes impostos iremos votar a favor.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Em números redondos, são entre 30 ou 40 que conta mais, há uma empresa que paga substancialmente mais do que as outras, depois há um grupo que ficam no segundo escalão, mas no conjunto não é nada muito significativo.»*

**Vítor Agostinho (CDU):**

Disse o seguinte:

*«O senhor Presidente, em 2025, apresenta uma proposta na manutenção dos valores em relação ao ano transato, ou seja, no IMI mantém os 0,305%, no IRS 3% e a derrama 1%. No início do mandato o senhor Presidente referiu que queria baixar os impostos municipais até ao limite, pelos vistos ainda não é este ano que vai cumprir esta promessa, tem mais alguma explicação para dar aos munícipes em relação a isto? Se está previsto para o próximo ano ou não.*

*O ano passado a taxa do IMI, a Coligação Democrata Unitária absteve-se considerando que a mesma deveria ser de 0,30%, por esta ter um impacto reduzido na diminuição de receitas e era significativo para as famílias. Considerando as dificuldades que as famílias continuam a atravessar pelo aumento do custo de vida e as taxas de juros também se encontram bastante elevadas, o esforço que as mesmas fazem para a habitação, fazia muito sentido que a taxa de IMI baixasse para o limite legal de 0,30%. Ao não se optar por essa taxa mínima, a Coligação Democrata Unitária irá abster-se.*

*Em relação ainda ao IMI, em novembro do passado ano, nesta mesma Assembleia o senhor Presidente disse: “Em setembro, a Câmara Municipal, após os seus serviços estudarem uma solução, aprovou a proposta de elaboração de um regulamento para devolver o valor do IMI às associações uma vez que não é possível isentar as mesmas”. Quería perguntar se alguma coisa já foi feita e em que ponto de situação está este regulamento.*

*Em relação ao IRS, a Coligação Democrata Unitária também irá manter a abstenção, pois percebemos as necessidades orçamentais que a Câmara necessita, mas o valor deste imposto irá afetar sobretudo a classe média e não afeta grande parte das famílias do nosso concelho, portanto, já que tem menos rendimentos não faz sentido esta percentagem.*

*A derrama que é um imposto em que, em princípio, a Coligação Democrata Unitária concorda, mas este ano há valores que fazem a Coligação Democrata Unitária votar contra. Os Municípios podem lançar uma derrama anual até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento. Nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 16.º da Lei n.º 51/2018 existe a obrigatoriedade da aprovação de um regulamento municipal aprovado pela Assembleia Municipal que contenha os critérios e condições para o reconhecimento dessas mesmas isenções, inexistência de tal regulamento no concelho de Peniche que seis anos após já deveria estar aprovado e eficaz e assim já expirou há muito. A lei não prevê a possibilidade de isenção ou parcial prevista no n.º 3 da proposta que se transcreve, a isenção de derrama para as entidades que tenham constituída e instalada a sua sede no concelho de Peniche nos anos 2022, 2023 e 2024 ou que tenham transferido a sua sede social para o concelho de Peniche no mesmo período, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro. Padece de violação da lei uma vez que este critério não tem consagração legal, neste sentido o nosso voto seria favorável desde que houvesse enquadramento legal. Perante as questões colocadas, em nosso entender, o nosso voto é contra.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Nós já corrigimos a situação e não é bom para o Município continuar com esta senda, mas cada um faz o que entender.*

*Em relação à derrama, não é 1,2%, é 1,5% que se pode tributar.*

*Em relação às associações já o referimos, até mais que uma vez, e solicitámos a todas as associações que nos informassem sobre o valor que pagam de IMI para devolvermos essa importância todos os anos, estamos a aguardar a informação de uma, portanto, vamos fazê-lo ainda este ano.*

*Já me arrependi não ter proposto a redução dos 0,05% do IMI e não é por ser um valor significativo, deve andar na ordem dos 60.000 euros e só tem repercussões até 2025, mas estamos a preparar propostas que vão obrigar a uma determinada despesa e por isso manda o bom senso e também alguma responsabilidade e dignidade que fizesse assim, de qualquer maneira relembro que os senhores deputados são livres e se entenderem que devem reduzir os 0,05% temos de assumir, seria um pouco mais complicado se decidissem, como decidiram há cinco anos, reduzir 1% e nós, com as contas, reduzimos mais 1% e aí, 1% do IRS dará cerca de trezentos mil euros.»*

**Francisco Lourenço (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Para complementar a minha intervenção, um agregado familiar com rendimentos anuais brutos sujeitos a impostos, para o ano de 2024, são 16.398,17€, estamos a falar de 1.171,00€ de salário bruto mensal, que tenha um imóvel com valor patrimonial de 71.296,40€, estamos a falar no nosso concelho, a maioria dos T2 não têm valor patrimonial superior a este valor, estão isentos de pagar IMI, ou seja, as famílias, mas carenciadas já têm um apoio dado por lei. Eu percebo que o senhor Presidente esteja arrependido, mas temos também de perceber as necessidades do Município.»*

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Vamos ter eleições no próximo ano e para não passar uma ideia errada sobre a Assembleia Municipal, porque acho que temos intervenções intensas com alguém, quando a Assembleia acaba os membros cumprimentam-se, se for possível até damos um abraço e de forma geral as pessoas dão-se bem, contudo, existe exceções, mas de forma geral, até mesmo quando somos convocados a representar a Assembleia Municipal, todas as pessoas se cumprimentam, todos as pessoas se dão bem e no próximo ano vamos ter eleições e faço votos que exista cada vez mais listas, cada vez mais pessoas a participar, porque fica-se com a ideia “vamos para a política, vamos arranjar inimigos” e não é obrigatório, às vezes acontece, mas de forma geral penso que não, até porque podemos também ganhar amigos e eu estava a lembrar-me que a Professora Dina, do Chega, foi minha professora de Inglês e Português, já não a via há muitos anos, e tive a oportunidade aqui na Assembleia Municipal de contactar e se ela estiver a ouvir aproveito para mandar-lhe um grande beijinho, mas existe um bom ambiente, agora, existe uma discussão saudável, podemos às vezes bater no limite do aceitável.*

*Sobre os impostos, sobre aquilo que eu penso, também queria enquadrar ainda sobre o IUC e sobre o asfaltamento que foi falado aqui há pouco e dar o devido enquadramento em sede de IUC.*

*O Município, nós sabemos que tem uma receita de IUC de cerca de 700.000 euros que é muito dinheiro, acho que a população não deve pagar mais, mas vamos ver o seguinte raciocínio,*

como eu disse na anterior Assembleia Municipal, não disse a fonte vou dizer agora, no site oficial da Câmara Municipal de Óbidos está lá escrito que um quilómetro de asfaltamento custou à Câmara Municipal de Óbidos, fonte oficial, página oficial da Câmara Municipal de Óbidos, 175.000 euros, por um quilómetro, mais IVA, agora imaginem, esses 700.000 euros que parece muito vamos multiplicar os nossos quatro ou cinco quilómetro por 175.000 euros. Se a oposição tivesse aprovado em anos anteriores, quando a massa asfáltica estava a um preço muito inferior, se calhar já tínhamos respondido à maioria das necessidades do concelho, portanto, após esta explicação claríssima, na minha opinião, respeito quem entende o contrário, eu acho que não convém a oposição falar sobre este assunto, porque assim a população fica a saber que temos as estradas em mau estado devido à má decisão que a oposição tomou, portanto, é um assunto que não interessa, é estranho a oposição trazer este assunto para aqui, façam as contas, se um quilómetro custou 175.000 euros à Câmara Municipal de Óbidos, a Estrada do Béltico, os quatro ou cinco quilómetro que correspondia à Câmara Municipal de Peniche é só fazer as contas e ver onde é que o dinheiro do IUC está gasto, isto é uma questão matemática. Em relação à Estrada do Béltico, como sabemos faz fronteira com três freguesias das quatro que temos, Ferre, faz fronteira com o Béltico, a freguesia da Serra d'El-Rei também e a Atouguia da Baleia também na zona dos Casais de Mestre Mendo, e mais, todos nós se calhar temos vizinhos, amigos, familiares, conhecidos, pessoas que trabalham no Béltico, portanto, aquele investimento também é, no fundo, para todos os nossos concidadãos, mas eu percebo o ponto de vista da senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, porque as estrada estão mesmo em muito mau estado na cidade de Peniche e nas outras localidades, mas mesmo a Freguesia de Peniche que está mais longe da Estrada do Béltico pode, eventualmente, beneficiar de duas maneiras por esta razão, há penicheiros e penicheiras que trabalham no Béltico e mais, há pessoas que vivem no Béltico que vêm gastar o seu dinheiro na cidade de Peniche, portanto, é uma boa medida de diferentes formas, agora, também queremos ter estradas ao pé de casa as faltadas, mas eu acho que a oposição devia esconder um bocadinho este assunto, porque ficam a perder, em termos eleitorais, porque para o Presidente de Câmara era fácil ter as estradas todas muito bonitas e asfaltadas, nós sabemos que as pessoas na hora de votar têm isso em conta.

Analisando o que está aqui em causa, o IMI, o IRS e a derrama, eu acho que nos últimos anos temos feito um esforço muito significativo em termos de redução de impostos quando se faz algumas comparações é preciso ter cuidado com o tipo de comparação e análise, porque há sempre detalhes que podem ficar por avaliar, mas, por exemplo, a Câmara Municipal da Lourinhã, o nosso concelho tem cerca de 26.000 pessoas e a Lourinhã tem cerca de 26.000 pessoas e somos um concelho muito mais exigente, temos muito maior pressão turística, e ainda bem, temos muito mais quilómetros de praia para cuidar, ainda bem, a cidade de Peniche é muito mais exigente que a vila da Lourinhã, ainda bem, mas nós temos o IMI mais baixo que a Lourinhã, temos um IRS mais baixo que a Lourinhã, porque nós praticamos uma taxa de IRS de 3%, ou seja, nós devolvemos à população cerca de 2%, a taxa varia entre 0 e 5%, se a Câmara Municipal de Peniche retém 3% devolve à população 2%.

Relativamente à derrama, a Lourinhã pratica 1%, nós também praticamos 1% só que nós isentamos as empresas com volume de negócios inferior a 150.000 euros e a Câmara Municipal da Lourinhã aplica uma taxa para empresas com volume de negócios abaixo de 150.000 euros e até podíamos comparar outros concelhos que não são comparáveis. Há pouco, o senhor Deputado Francisco Lourenço citou o Bombarral que pratica uma taxa mínima de IMI, mas nós também quase que praticamos a taxa mínima, estamos muito perto do limite, mas, por exemplo, também cobra uma taxa de IRS superior a nós, portanto, temos de ver os impostos como um bloco para analisar as suas dinâmicas e interações que existe adaptando a realidade de cada concelho, porque, por exemplo, o Bombarral também isenta a derrama, mas o Bombarral se calhar não tem tantas

empresas quanto isso com volume de negócios superiores a 150.000 euros, portanto, temos de analisar caso a caso. Por exemplo, a Nazaré pratica a taxa máxima de IMI, tem o IRS de 5%, portanto, não devolve nada à população, nós devolvemos 2%, a derrama está no limite máximo, pratica 1,5%, nós praticamos 1%.

Nós praticamos uma taxa de IMI abaixo da média da região Oeste e estamos a beneficiar pessoas singulares e pessoas coletivas, porque as empresas também pagam IMI, estamos a beneficiar famílias e empresas.

Relativamente ainda à derrama, o Partido Social Democrata defende em sede de reunião de Câmara que devemos isentar a derrama, mas mais de 70% das 308 autarquias vão tributar os lucros das empresas em sede de derrama, são mais de 12 em comparação com 23, isto aplicando a 24, 125 Municípios optam pela taxa máxima de 1,5%, Peniche pratica só 1% e isenta as empresas que tenham volume de negócios inferior a 1150.000 euros e isenta entidades que tenham instalado a sua sede nos anos 2022, 2023 e 2024, agora reparem, há 92 autarquias que não vão aplicar um imposto, muitas delas localizadas no interior do continente e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, são territórios eventualmente que não são tão atrativos, que as empresas não têm tanta propensão em investir nesses locais, não é o que se passa em Peniche pelo que sabemos e todas as bancadas têm essa informação, temos muitas pessoas que querem investir, em relação à zona industrial de Vale do Grou, esse levantamento foi feito, é preciso ter cuidado com a proteção de dados, mas todas as bancadas têm o nome das empresas e muitas pessoas querem investir e isso é importante, temos de apoiar, aquelas que querem investir e aquelas que já cá estão, evidentemente. Eu defendo muito uma lógica, acho que ao ter impostos altos acho que é fácil governar, qualquer um sabe fazer isso, não é preciso uma pessoa estudada na matéria para governar, o que eu acho que pode fazer a diferença são outras formas de receita e até vi num documento que o senhor Presidente de Câmara enviou que vai informar sobre outras formas de receita, por exemplo, o parque de campismo foi uma excelente forma de receita, são 750.000 euros para a Autarquia de Peniche que o parque de campismo está a pagar e o parque de campismo é propriedade da Câmara Municipal de Peniche e lembramo-nos bem do estado que o parque de campismo se encontrava, até porque a Câmara tem de ter sempre fontes de receita, porque até a nível de descentralização de competências, como sabemos, sobretudo ao nível da educação, tem sido muito exigente para a Câmara Municipal de Peniche, para todas as Câmaras do país, os montantes financeiros que o estado deveria transferir para as Câmaras e as Câmaras estão a fazer um esforço muito significativo e isso é preciso ter em conta.

Em resumo, para reforçar, impostos, fazer esse alívio fiscal ao bolso das famílias e das empresas é aquilo que tem sido feito nos últimos anos, um esforço gigantesco, mas encontrar sempre outras fontes de receita isso é o que nos vai distinguir um dos outros e é isso que faz as pessoas acreditar em alguém, porque a manter os impostos altos e sobrecarregar as famílias e as empresas com impostos eu acho que qualquer um faz.»

**João Oliveira (CHEGA):**

Disse o seguinte:

«Congratulo-me e fico muito feliz com o facto que tenha sido tão importante e tão positiva a presença da professora Dina aqui na Assembleia, ainda bem.

Sobre a derrama e a importância de nós olharmos para outro tipo de indústria e olharmos para o futuro com outra forma de encararmos inclusivamente a ocupação do espaço industrial que se irá criar e outros que se poderiam eventualmente criar.

Vou-vos passar uma informação, foi-me dada por um funcionário do Município de Oeiras que é sede precisamente de uma zona industrial, a “Taguspark” e outras, e que o facto de albergar ali um outro tipo de atividade que é industrial, mas que não é propriamente manufactureira e que

*não é propriamente atividade industrial que habitualmente estávamos habituados, são espantosamente o segundo município em termos de arrecadação de derrama no país, logo a seguir a Lisboa, nós podíamos pensar que era Porto, Coimbra, Braga, Felgueiras, as regiões extremamente industrializadas do país, não é verdade, o município que mais arrecada derrama é Oeiras e isto está ligado ao desenvolvimento tecnológico e precisamente ao futuro que já foi abraçado ali.*

*Nós estamos a falar de IMI e estamos a falar obviamente do bolso dos nossos municípios e dos portugueses em geral e há coisas que nos ultrapassam e ultrapassam o próprio município, eu compreendo perfeitamente, e vou dar-vos três notícias que não são portuguesas. Uma delas é simples, a Comissão Europeia ordenou à Itália que se fizesse pagar por parte da igreja católica um imposto que se chamava SISA e IMI.*

*Depois, os partidos políticos já estão a pagar IMI na Itália e em contrapartida a primeira casa não paga IMI, ou seja, tendo feito uma espécie de reviravolta no local onde vão fazer arrecadação, a primeira casa significa a casa principal de habitação, é isenta, depois a segunda casa já é considerada um turismo ou uma casa de férias e não fica isenta, no entanto, nesta primeira categoria não se incluem as vilas, estamos a falar de escalões de valor e que têm de ser atribuídos àquilo que é construído e é considerado ou não uma casa fundamental como um teto para uma família, os Castelos e as habitações de luxo. Eu nunca ouvi falar sobre a questão de o IMI ser pago pela igreja em Portugal, apesar de a Comissão Europeia ter esta posição e isto é uma posição de força, no entanto, não se fala no assunto.*

*Por outro lado, a Aliança Democrática (AD) quer eliminar a derrama, mas diz que compensa os municípios, eu acho que têm de se decidir de uma vez por todas o que é que querem fazer, porque se querem eliminar, elimina, se não querem eliminar, não elimina, mas depois digam-nos como é que vão conseguir as verbas.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Em relação aos impostos irei pronunciar-me aquando da votação, como Presidente da Junta de Freguesia, porque se eu for falar a nível pessoal, eu vivo numa casa alugada, não tenho casa própria.*

*Dando resposta ao senhor Deputado Hugo Martins, eu aposto e ganho que menos de 1 % da população ativa vai trabalhar para o Bêltico.»*

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Só quero dizer à senhora Presidente de Junta de Freguesia de Peniche que não tenho esses dados, mas também confirma que há pessoas que vivem no Bêltico que vêm gastar o seu dinheiro à cidade de Peniche.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«E pagam o IMI em Óbidos.»*

**Deliberação n.º 34/2024:** Submetida a proposta (n.º 1993/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por maioria, com onze (11) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e pelo Partido Social Democrata (4), e onze (11) abstenções, dos membros

eleitos pelo Partido Socialista (6), pela Coligação Democrata Unitária (2), pelo Chega (1), pela senhora Margarida da Silva Martins, eleita pelo Partido Social Democrata (1) e pelo senhor Joaquim Raul Gregório Farto, eleito pelo Partido Socialista (1):

1. Fixar a taxa de 0,8% para os prédios rústicos, para vigorar no ano de 2025, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;

2. Fixar a taxa de 0,305% para os prédios urbanos, para vigorar no ano de 2025, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;

3. Fixar uma majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados que tenham pendentes notificações municipais de intimação, nos termos do fixado no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas, ao abrigo do previsto nos n.ºs 8 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;

4. Fixar uma minoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos localizados nos centros históricos do concelho que, tendo sido alvo de notificação municipal de intimação, nos termos fixados no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras e tenham sofrido obras de recuperação devidamente comprovadas, ao abrigo do previsto nos n.ºs 6 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;

5. Fixar as seguintes deduções fixas em euros da taxa de IMI para os imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, ao abrigo do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro: Um (1) dependente - 30 € (trinta euros); Dois (2) dependentes - 70 € (setenta euros); Três (3) ou mais dependentes - 140 € (cento e quarenta euros).

#### **5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO IRS DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO CONCELHO DE PENICHE, RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO DE 2025:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 35/2024:** Submetida a proposta (n.º 1991/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e ao abrigo do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, nas suas atuais redações, por maioria, com dezanove (19) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (7) e pelo Partido Social Democrata (5), e três (3) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (2) e pelo Chega

(1), que a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano de 2025, para inclusão no orçamento municipal de 2026, seja de 3% (três por cento).

**6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, PARA O ANO DE 2025:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 36/2024:** Submetida a proposta (n.º 1990/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por maioria, com onze (11) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (6) e pelo Partido Socialista (5), três (3) abstenções, do membro eleito pelo Chega (1), pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador, eleito pelo Partido Social Democrata (1) e pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes, eleita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (1), e oito (8) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (4), pela Coligação Democrata Unitária (2), pelo senhor Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (1) e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (1), eleitos pelo Partido Socialista:

1. O lançamento de uma derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150 000€, a liquidar e cobrar no ano de 2025, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

2. A isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse 150 000€, para os quais será fixada uma taxa de 0%, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

3. A isenção de derrama para as entidades que tenham constituído e instalado a sua sede no concelho de Peniche nos anos de 2022, 2023 ou 2024, ou que tenham transferido a sua sede social para o concelho de Peniche no mesmo período, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

O senhor Deputado Carlos Miguel Amaral, eleito pelo Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto sobre este assunto:

*«Declaração de voto*

***Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para lançamento de uma derrama, para o ano de 2025:***

*Tendo em consideração o preceituado na Lei 51/2018, de 16 de agosto, na sua atual redação, nomeadamente no n.º 2 do artigo 16.º, que se traduz na obrigatoriedade da existência de um regulamento aprovado, em primeiro lugar pelo executivo municipal e por último por esta AM, que contenha os critérios e condições para o reconhecimento de isenções, voto contra a proposta de lançamento de uma derrama, para o ano de 2025, por a mesma não se encontrar suportada legalmente por instrumento regulamentar.»*

A Bancada da Coligação Democrata Unitária, apresentou a seguinte declaração de voto sobre este assunto:

*«Declaração de voto*

***Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para lançamento de uma derrama, para o ano de 2025:***

*A apresentação e os conteúdos do ponto em epígrafe é um instrumento da responsabilidade de quem dirige os destinos de uma autarquia.*

*Numa leitura reflexiva, atenta e cuidada ao documento, passamos a expor a nossa apreciação crítica.*

*O Derrama é um imposto que, por princípio, a CDU concorda. No entanto existem questões que levarem a CDU a votar contra, tendo em conta que surgiram dúvidas quanto ao seu enquadramento legal, como expomos de seguida.*

*Assim, os municípios podem lançar uma derrama de duração anual até ao limite de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento (n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada, nomeadamente pelas leis n.º 51/2018, de 16 de agosto, e n.º 7/2020, de 11 de março).*

*E ainda, nos termos dos números 2 e 3 do art.º 16.º da lei 51/2018 existe a obrigatoriedade de aprovação de um regulamento municipal, aprovado pela assembleia municipal que contenha «os critérios e condições para o reconhecimento das isenções ...»]. A inexistência do tal regulamento no Município de Peniche leva-nos a não votar favoravelmente a referida proposta.*

*«As isenções das taxas reduzidas da derrama (...) atendem nos termos do regulamento previsto aos seguintes critérios:*

- a) volume de negócios (VN) das empresas beneficiárias;*
- b) setor de atividade em que as empresas beneficiárias operam no município;*
- c) criação de emprego no município.»*

*A lei não prevê a possibilidade de isenção total ou parcial prevista no n.º 3 da proposta, que se transcreve:*

*«A isenção de derrama para as entidades que tenham constituído e instalado a sua sede no concelho de Peniche nos anos de 2022, 2023 ou 2024, ou que tenham transferido a sua sede social para o concelho de Peniche no mesmo período, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.»*

*Padece do vício de violação da lei uma vez que este critério não tem consagração legal.*

*Face ao reporte que aqui apresentamos, e às conclusões a que chegámos, este ponto não pode contar com o voto favorável desta bancada, por isso iremos optar pelo voto CONTRA.»*

## **7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO 2025:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 20 de setembro de 2024.

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse o seguinte:

*«Conforme os senhores deputados sabem, fiz uma proposta relativamente a esta temática,*

*porque estamos numa situação muito delicada relativamente aos cabos, em todo o concelho, nomeadamente na freguesia e no dia de hoje fizemos alguns pedidos de intervenção. Eu concordo com esta taxa, creio é que o Município deve encontrar rapidamente soluções ou pelo menos iniciar esse debate e essa reflexão ou fazer esse trabalho, não sei se existe, nada me chegou, porque devemos cumprir aquele que é o desígnio dos cabos enterrados e de diminuir os cabos aéreos na via pública, nomeadamente com a retirada dos cabos que estão fora de utilização e que permanecem, e aí tem de haver uma persuasão diferente da Câmara Municipal.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Estou de acordo com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, quando eu era Presidente de Junta de Freguesia era uma das coisas que me arreliaava particularmente quando apareciam situações novas, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel também sabe que a constituição de uma comissão não foi à Câmara, foi à Assembleia Municipal, portanto, nós estamos disponíveis, em termos de administração, de disponibilizar os nossos técnicos e participar nessa discussão que eu acho pertinente e mais tarde ou mais cedo tem que fazer, mas via com bons olhos que fosse um processo que fosse dinamizado e dirigido pela Assembleia Municipal. Particularmente em alguns locais é grave, em outras situações que nós estamos a intervir e que podemos intervir, estamos a procurar já tomar algumas medidas nas situações novas, porque é preciso ter sensibilidade e é preciso ter atenção, porque se nós não o fizermos passamos ao lado e continuamos com os cabos pendurados e nós devemos dar o exemplo e também obrigar, em alguns casos os promotores já o fazem com naturalidade, e estou a lembrar-me de uma situação na vila de Atouguia da Baleia em que vai ocorrer isso mesmo, por causa de uma obra, foi essa a orientação dada, vamos aproveitar para fazer aquele segmento mais próximo da obra e também intervir em outra distância mais ou menos similar e é isso que deve ser feito. Nas zonas históricas que é o caso da maior parte das vilas e também uma parte significativa da cidade, aqui dentro não é muito evidente, mas mesmo assim há alguns casos, por exemplo, no Visconde é chocante. Estou completamente de acordo e acho que devemos dinamizar.»*

**Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):**

Disse o seguinte:

*«Independentemente da comissão, eu queria perceber se a Câmara já tinha desenvolvido alguma questão, mas devemos olhar para a questão dos cabos que estão fora de utilização, porque permanecem na rede e são muitos.*

*Muitas intervenções que são feitas pela distribuidora ou pela própria operadora não são terminadas, existem intervenções que são feitas em calçada e ela depois não é repostada, em alcatrão e o alcatrão não é repostado e as empresas acabam por ter de findar a sua execução e este acompanhamento, queria só fazer esta chamada de atenção, devia ser um pouco mais efetivo, porque muitas vezes eles não terminam os trabalhos e tem de ser a Câmara ou as Freguesias a terminar, é só uma sugestão.»*

**Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):**

Disse o seguinte:

*«A propósito da comissão proposta pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, nomeadamente sobre o Código de Postura, temos um documento pronto que seria o início do trabalho, aliás o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel teve uma estreita colaboração na laboração do documento, estamos com alguma dificuldade em conseguir recolher os representantes das instituições propostas para esta comissão, mas espero que durante este ano nós*

*possamos levar e cumprir o objetivo que nos propusemos.*

*Relativamente aos cabos, de facto, há pouca experiência autárquica nesta matéria e tem sido muito difícil de elaborar um documento, porque isto exige muito articulação, de legislação, mas havemos de fazer, tal como fizemos com o código de postura, um documento para início de trabalho dessa comissão.»*

**Francisco Lourenço (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Sendo eu um leigo na matéria desta legislação, seria interessante existir talvez um desagravamento ou um agravamento de Taxa de Direito de Passagem diferenciando as empresas que cumprem com cabos subterrâneos e aquelas que continuam com os cabos aéreos.»*

**Deliberação n.º 37/2024:** Submetida a proposta (n.º 1992/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (2) e pelo Chega (1) para vigorar em 2025, a fixação do percentual para efeitos de cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 169.º da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, no valor máximo de 0,25%.

**8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ADESÃO À “REDE DE CIDADES E VILAS QUE CAMINHAM”:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 13 de setembro de 2024.

**Deliberação n.º 38/2024:** Submetida a proposta (n.º 1994/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência prevista na alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (2) e pelo Chega (1), concordar com a adesão do Município à “Rede de Cidades e Vilas que Caminham”, com uma quota anual no valor de 3.000,00 euros.

**9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A APROVAÇÃO DO REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 06 de setembro de 2024.

**Deliberação n.º 39/2024:** Submetida a proposta (n.º 633/2024) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência prevista na alínea g) do n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (2) e pelo Chega (1), aprovar o Regimento do Conselho Municipal da Saúde.

**10) INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE PENICHE:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Fez a apresentação do documento.

**Carlos Miguel Amaral (PS):**

Disse o seguinte:

*«Vemos que nos impostos diretos a receita corrente que existe no Município é basicamente duas, impostos e as transferências que são feitas pela Administração Central.*

*Em relação à despesa, tenho algumas dúvidas, porque a dotação para despesas correntes aumentou cerca de dois milhões de euros face à previsão que tinha sido feita em 2023, onde as despesas de pessoal já são 52,2%, o ano passado era 47,5% que já é um aumento, mas eu tenho algumas dúvidas que tem que ver com a despesa paga no primeiro semestre de 2024 aumento cerca de um milhão de euros, 8,5%, quando comparado com o ano 2023, e no último parágrafo diz o seguinte: “A execução das despesas de capital reduziu cerca de trezentos e cinquenta e um mil euros face a 2023 e deve-se essencialmente às baixas execuções nas rubricas de aquisição de bens de capital onde se destaca a queda dos investimentos em edifícios, instalações desportivas e recreativas do domínio privado, instalações de serviços e escolas, decresceram cerca de meio milhão de euros”. A minha pergunta é, isto decresceu porque foi já executado ou o investimento efetivo foi de menos de meio milhão de euros?*

*Por outro lado, preocupa-me também a variação negativa que houve nos pagamentos em funções sociais que foi também uma diminuição de investimentos em obras de ensino não superior que tem que ver com a remoção do fibrocimento, portanto, à partido isto também já deve ter sido realizado e por isso é que houve a tal variação negativa.*

*O excedente na componente corrente de meio milhão de euros não é suficiente para cobrir o défice na componente de capital que já vai em perto de oitocentos mil euros, portanto, vamos voltar ao recurso do saldo de gerência anterior como tem sido hábito, o que em termos financeiros não é uma melhor prática.*

*Também me preocupa efetivamente o nível de endividamento e nós temos aqui os últimos três anos e estamos a falar de endividamento base, um milhão de euros ano, portanto, em 2021 tínhamos 26, em 2022 tínhamos 28 e em 2023 tínhamos 29, e temos, a 30 de junho de 2024 uma dívida a terceiros de dois milhões duzentos e trinta e seis mil euros, sendo que só a fornecedores contribui em cerca de mais de 50%, porque um milhão e duzentos mil euros é só a fornecedores, depois temos os empréstimos, portanto, neste momento, a 30 de junho de 2024, a nossa dívida é de três milhões oitocentos e setenta e dois mil euros e a conclusão dos revisores é: “Atendendo à margem bruta, diferença entre limite ao endividamento e dívida não execionada, de 37,8 milhões*

*de euros, a margem disponível que corresponde a 20% é de cerca de 7,5 milhões em meados do ano, o que não permite extrapolar o valor do final do ano”, ou seja, preocupa-me efetivamente esta dívida e gostaria de perguntar, esta dívida, nomeadamente a fornecedores, neste momento, esta informação é de 30 de junho de 2024, a 30 de setembro de 2024 mantém-se ou/e quais são os prazos que a Câmara está a pagar a fornecedores.»*

**Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Em termos de previsão orçamental, relativamente ao período homologado do ano passado, nós temos um valor inferior, é verdade, e é essencialmente devido ao fecho de candidaturas, portanto, nesta fase estamos a fechar candidaturas do Portugal 2020, as despesas de capital são mais baixas devido a este fator, a receita corrente nós temos um aumento que tem sido essencialmente devido à transferência de competências da Saúde e da própria Ação Social e também, em parte, da Taxa Turística, já começa a refletir alguma coisa.*

*Relativamente à despesa corrente, ela teve um aumento e é essencialmente fruto dos aumentos salariais, que foi uma decisão do Estado, um aumento dos serviços através da recolha dos lixos.*

*Esta informação não passou pela Câmara Municipal, ela é solicitada e é presente pela Assembleia Municipal, por isso, se os senhores Vereadores quiserem esta informação teremos de a facultar, porque não é obrigatório passar pela Câmara Municipal.*

*Relativamente aos fornecedores, neste momento nós temos uma dívida de cerca de um milhão e novecentos mil euros e esperamos colmatar o máximo possível com a entrada de impostos que estamos a prever até ao final do ano, porque, como sabem, só iremos receber uma fatia significativa do IMI a partir do dia 15 de dezembro, e esperamos colmatar esta situação. O prazo de pagamento, o julho está a ser pago agora.»*

**Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Por isso é que eu aperto com todos, consciente que não podemos dar largas por cada vez que acrescentamos novas despesas esta situação vai agravando e algumas não são da minha iniciativa como saberão.*

*Há uma questão que devíamos trabalhar de uma forma construtiva, o trabalho que fizemos, que o Dr. Rui Vargas dirigiu e apresentou com a equipa e com alguns técnicos da Câmara, que tem que ver com as despesas da Educação, porque há aqui uma situação que, no fundo, implora as despesas com os salários e eu entendo que não é muito correto fazê-lo, mesmo em termos percentuais, porque é verdade que sai como despesa, mas também é verdade que nos é devolvido parte substancial da despesa de salários, não é todo, porque são opções políticas de intervenção em algumas áreas da Educação.*

*Em termos de candidaturas de investimento, neste momento, não temos praticamente nada, mas vamos ter, das mais significativas temos quatro ou cinco candidaturas para apresentar, uma delas será a Marginal Norte, estamos à espera que abra o outro aviso, porque o projeto está aprovado, para preparar depois o processo de empreitada e, no mínimo, podem ser três ou quatro milhões, como pode ser seis milhões, porque vamos englobar, aquilo que também acho que é a ambição de todos, os Remédios toda a envolvente do Santuário, as habitações e a escola pois o saneamento vai para o mar e estamos a falar em duas mil pessoas, portanto, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento desenvolveram um projeto de construção da rede de saneamento, construção dos pluviais e construção de uma nova rede de abastecimento de água com a construção de uma estação elevatória a norte daquele aglomerado urbano e essa medida nós vamos*

*juntar à candidatura, portanto, vai ser separada, mas, em termos estratégicos e de financiamento é isso que deve ser feito. Depois há outro projeto à parte para não complicar a análise da entidade que avalia que é a parte final do largo dos Remédios e algumas ruas adjacentes que é a requalificação urbana. O saneamento e o pluvial estamos convictos que cabe, portanto, se cortarem pode ser residual, esta é a nossa ambição, esta é uma das obras muito significativas em termos de candidatura, a outra será a segunda fase das Muralhas que é cerca de um milhão e, à partida, está referenciado no 2030 com o Forte das Cabanas, a outra será o Portinho do Meio que são cerca de quatrocentos mil euros, a candidatura para o alargamento e requalificação das Piscinas Municipais está um pouco mais atrasada, mas essa tem um prazo mais dilatado em termos de apresentação da candidatura, é o fosso que também está um pouco atrasado, são candidaturas que estão negociadas num pacote, tirando a Marginal Norte, portanto, tínhamos negociado nove milhões para candidaturas e podemos mexer nos valores. O senhor Deputado Carlos Miguel Amaral referia porque é que são estas dívidas, cada uma das candidaturas tem implícito uma dívida que, a correr mal, normalmente são 15%, é a dívida dos 15%, mas como não conta para o plafonamento do endividamento não impede outros investimento, mas tem de se pagar, nós temos é que acompanhar todas estas medidas com aquilo que é a estratégia de uma melhor gestão, uma estratégia de mais receita, porque o controlo das despesas, algumas nós conseguimos controlar, mas há outras que nós vamos continuar a ver subir e depois também há pressão, é uma pressão muito complicada, mas nós temos estado a reduzi trabalhadores, mas, por exemplo, no setor de licenciamento da Divisão de Administração e Finanças há três que saem, se nós não tomarmos a medida de colocar alguém para aprender, na contabilidade temos uma pessoa em licença de maternidade, vamos ter outra situação que vamos ter de substituir, para o ano no aprovisionamento saem pelo menos duas que se vão reformar, nos recursos humanos também e nas escolas é constantemente e isto, em termos de recursos humanos é um pouco complicado de gerir. Depois há outros fatores, nós todos defendemos o aumento do salário mínimo, mas tem um impacto, depois a questão do subsídio de insalubridade que foi aprovado e que devia ser muito claro e muito bem definido, porque destabiliza completamente uma casa destas. Estamos a procurar controlar ao máximo e pode ser que no final do ano possamos ter maior tranquilidade em relação a isso, um concelho como o nosso tem de apostar no pagamento a fornecedores o máximo a 35 dias e não faz sentido nenhum que pequenos pagamentos não sejam pagos à cabeça, e é esta a gestão que às vezes nos ultrapassa.*

*Para além disso, vai haver outra proposta em breve, há uma ideia que eu defendi e nós a breve trecho acho que vamos conseguir concretizar e pode ser uma oportunidade, continuando com uma gestão rigorosa, não nos deslumbramos a gastar mal, apostar naquilo que é supérfluo e não apostar no que é essencial, podemos encontrar uma estratégia, para além de podermos com essa disponibilidade financeira que pode vir a acrescentar, podemos recuperar a questão do pagamento a fornecedores e depois é conseguir manter. Eu acho que a Coligação Democrata Unitária os membros do Conselho de Administração e a Câmara Municipal, em vários mandatos nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento fizeram isso, tiveram uma política de gestão assumidamente cautelosa e de rigor, inclusive, mantendo o tarifário da água e do saneamento a valores que não são muito habituais, para garantir uma almofada financeira para prevenir que a candidatura da ETAR podia não ser comparticipada e o que é certo é que foi e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ficaram com uma almofada que nós temos estado a utilizar no Casal Fetal, nos Casais Brancos, na Bufarda, portanto, é isso que eu acho que todos devemos fazer. Nós temos de encarar o futuro em termos de investimento, em relação à rede de abastecimento de água de ir substituindo praticamente todos os anos, porque o concelho vai ter graves problemas. Nós temos de estabilizar a parte financeira e não é fácil.»*

**Hugo Martins (GCEPP):**

Disse o seguinte:

*«Em relação às despesas de capital, elas estão muito interligadas com os fundos comunitários e as despesas de capital baixaram com o encerramento do quadro comunitário do Portugal 2020 e o atraso do PRR, isso faz com que este ano as despesas de capital sejam inferiores no país inteiro.*

*De forma genérica, os resultados podíamos aumentar e podíamos ter uma performance financeira melhor, é a tal questão, por exemplo, de forma imediata era termos aumentado os impostos, aí teríamos um aumento de receita imediato, mas eu acho que o aumento de imposto só numa situação limite, devemos procurar outras formas mais inteligentes e outras formas de financiamento para termos uma melhor performance financeira.»*

**Deliberação n.º 40/2024:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação semestral sobre a situação económica e financeira do Município de Peniche.

**INCLUSÃO TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O HOSPITAL DE PENICHE - SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICA E CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS NO CONCELHO DE PENICHE:**

**Deliberação n.º 41/2024:** O senhor Presidente informou que chegou à mesa da Assembleia Municipal a deliberação n.º 1183/2024, datada de 27 de setembro de 2024, e dada a urgência na apreciação do assunto, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, colocou à votação a inclusão do assunto na ordem do dia, tendo sido aprovado, por unanimidade, passando o assunto a ser o ponto 11 da ordem do dia.

**11) PROPOSTA PARA TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O HOSPITAL DE PENICHE - SERVIÇO DE URGÊNCIA BÁSICA E CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS NO CONCELHO DE PENICHE:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

**Deliberação n.º 42/2024:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (5), pelo Partido Socialista (7), pela Coligação Democrata Unitária (2) e pelo Chega (1), apoiar a Câmara Municipal no desenvolvimento da mesma.

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

**Deliberação n.º 43/2024:** Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

**ENCERRAMENTO:**

Sendo zero horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de outubro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a segunda reunião da sessão ordinária do mês de setembro, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

**APROVAÇÃO:**

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, realizada no dia 21 de fevereiro de 2025, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

*(assinado no original)*

---

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

*(assinado no original)*

---